



Ministério de
Minas e Energia



Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 – Empresa do Sistema Petrobras

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2013



Imagem: Alexandre Brum

Edifício Lubrax - nova sede da Petrobras Distribuidora no Rio de Janeiro



Ministério de
Minas e Energia



Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 — Empresa do Sistema Petrobras

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Para a Petrobras Distribuidora, 2013 apresentou resultados expressivos e, ao mesmo tempo, grandes desafios. Líder de mercado, com *market share* global de 37,5%, e empresa com maior capilaridade e portfólio do setor no País – além de vitrine do Sistema Petrobras para o consumidor final, a BR operou com sucesso num cenário de demanda aquecida, que manteve a pressão por investimentos estruturantes no suprimento, concorrência acirrada e diante de um público cada vez mais exigente.

Note-se que o mercado de distribuição de combustíveis no Brasil voltou a apresentar taxa de crescimento acima do PIB (respectivamente, de 5,9% contra 2,3%) pelo quarto ano consecutivo. A Petrobras Distribuidora comercializou 53,7 milhões m³, 4,5% a mais que ano anterior em volume, com destaque para as vendas de óleo combustível (31,7%) e etanol (18,9%).

Com isso, a Receita Operacional Bruta atingiu R\$ 105.583 milhões, o que representa alta de 11,3% sobre o ano anterior. O Lucro Bruto cresceu 10,9%, chegando a R\$ 7.279 milhões, e o Lucro Líquido foi recorde: R\$ 2.132 milhões, com crescimento de 12,7% em relação a 2012. Em resumo, tivemos bons resultados tanto em volumes, como na rentabilidade dos negócios.

Os investimentos foram igualmente relevantes. Em 2013 a Petrobras Distribuidora investiu R\$ 1,031 bilhão, dos quais R\$ 545,6 milhões destinados à ampliação e melhoria da capacidade logística e operacional. Destacam-se as obras de construção de duas novas instalações – a de Porto Nacional, no Estado do Tocantins, e a de Cruzeiro do Sul, no Acre –, além da aquisição de 75% da Base da Ipiranga, em Macapá. Assim esperamos ter maior garantia de suprimento, redução de custo logístico e maior segurança no transporte, especialmente na Região Norte.

A continuidade do projeto de ampliação e modernização da fábrica de lubrificantes (coincidindo com os 40 anos de lançamento da linha Lubrax), o crescimento dos ativos operacionais em aeroportos e a expansão da rede de gás canalizado no Espírito Santo também mereceram recursos expressivos no ano passado. Vale destacar ainda a atenção dada aos mais de 7.700 postos com nossa bandeira – incluindo o esforço para a universalização da oferta do diesel UBTE – e ao segmento de grandes consumidores, com mais de 12.000 empresas de grande porte como mineradoras e usinas, órgãos públicos, forças armadas e empresas de transporte. Outros segmentos de atuação, como produtos químicos e asfaltos, estiveram igualmente contemplados nos pilares do Plano de Negócios e Gestão (PNG 2013-2017).

A propósito, cabe destacar que foi lançado na BR, em julho de 2013, o Programa de Otimização de Custos Operacionais (Procop) do Sistema Petrobras, que conta com três objetivos: econômico (aumentar a geração de caixa), de gestão (aumentar e controlar melhor a produtividade dos processos) e cultural (reforçar a preocupação com eficiência em custos). Em cinco anos, de 2013 a 2017, a Petrobras Distribuidora tem a meta de economizar R\$ 1,145 bilhão com as ações desse Programa.

Certamente temos o que comemorar no ano que passou, e que antecipa novas conquistas no futuro. A cada ano, a Petrobras Distribuidora vem consolidando sua posição de liderança no mercado, sempre baseando-se no *triple bottom line* de rentabilidade, segurança nas operações e atenção com as pessoas envolvidas em seus processos. Agradecemos a confiança. E que venha 2014!

José Lima de Andrade Neto

Presidente da Petrobras Distribuidora

PERFIL

Fundada em 1971, como subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, a Petrobras Distribuidora é uma sociedade anônima de capital fechado, que atua em todos os estados brasileiros, na comercialização e distribuição de derivados de petróleo, gás natural, etanol e biocombustíveis.

Líder no setor, as atividades são exercidas no mercado de rede de postos de serviço e no mercado consumidor, que tem como clientes indústrias, empresas aéreas e aviação executiva, governos, empresas de transporte, termelétricas, Transportadores Revendedores Retalhistas (TRRs), entre outros.

Para atender aos 7.710 postos de serviço da rede e aproximadamente 12.000 clientes consumidores, a Petrobras Distribuidora se vale da capilaridade de sua infraestrutura logística que é composta por 78 terminais e bases e 2 centros coletores de álcool perfazendo uma capacidade de armazenagem de 1,5 milhão de m³. Conta ainda com a presença em 111 aeroportos, uma fábrica de lubrificantes, 7 fábricas de asfalto, 7 CAIS e 25 depósitos, sendo 17 de lubrificantes, 7 de produtos químicos e 1 depósito de lubrificantes marítimos.

A BR detém, ainda, participação societária na Stratura Asfaltos S.A. (100%), CDGN Logística S.A.(49%), BRF Biorefino de Lubrificantes S.A. (49%), EBL – Companhia de Eficiência Energética S.A. (33%), Brasil Supply S.A. (6,68%) e Brasil Carbonos S.A. (49%).

GOVERNANÇA CORPORATIVA E ORGANIZAÇÃO GERAL

A Governança Corporativa da BR é composta por um conjunto de práticas de gestão, envolvendo, entre outros, os relacionamentos entre acionista, conselhos de administração e fiscal, diretoria e auditoria independente, com a finalidade de otimizar o desempenho da empresa e proteger os direitos de todas as partes interessadas, com transparência e equidade, com vistas a maximizar os resultados econômico-sociais da atuação da BR.

A estrutura de Governança da companhia é composta dos seguintes elementos:

Conselho de Administração – É o órgão de orientação e direção superior da companhia. É composto pelos mesmos membros do Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S.A., eleitos pela Assembleia Geral daquela Empresa, contando ainda com 1 (um) representante dos empregados da BR.

Comitês do Conselho de Administração – São 3 (três) os Comitês do Conselho de Administração da BR: Auditoria; Meio Ambiente; e Remuneração e Sucessão. Esses Comitês têm por objetivo auxiliar o Conselho por meio de análises e recomendações de matérias específicas que necessitem maior aprofundamento. As atribuições e regras de funcionamento desses Comitês, compostos exclusivamente por membros do CA, são estabelecidas em seus respectivos Regimentos Internos.

Conselho Fiscal - Exerce um controle independente, reportando-se diretamente ao acionista. Sua principal função é fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários. De caráter permanente, é composto por até 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, todos eleitos pela Assembleia Geral Ordinária.

Auditoria (Interna) - Subordinada ao Conselho de Administração. Responsável por avaliar as atividades desenvolvidas pela companhia com o objetivo de assegurar sua execução em conformidade com as diretrizes empresariais internas e a legislação vigente.

Ouvidoria - Subordinada ao Conselho de Administração. Responsável por planejar, orientar, coordenar e avaliar atividades que visem acolher opiniões, sugestões, críticas, reclamações e denúncias dos públicos de relacionamento da companhia, promovendo as apurações decorrentes e as providências a serem adotadas.

Diretoria Executiva – É responsável por exercer a gestão dos negócios da companhia de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Executiva é composta de um Presidente e de até 4 (quatro) Diretores eleitos pelo Conselho de Administração.

Comitê de Negócios – Fórum de integração dos assuntos relevantes e estratégicos da companhia, que conta com representantes da Diretoria Executiva, criado pelo Conselho de Administração, visando promover o alinhamento entre o desenvolvimento dos negócios, a gestão da companhia e as diretrizes do Plano Estratégico da BR. As reuniões do Comitê de Negócios dedicam-se a um dos seguintes temas: Saúde, Meio Ambiente e Segurança; Sistema de Gestão; Análise Crítica de Desempenho e Investimentos e Novos Negócios.

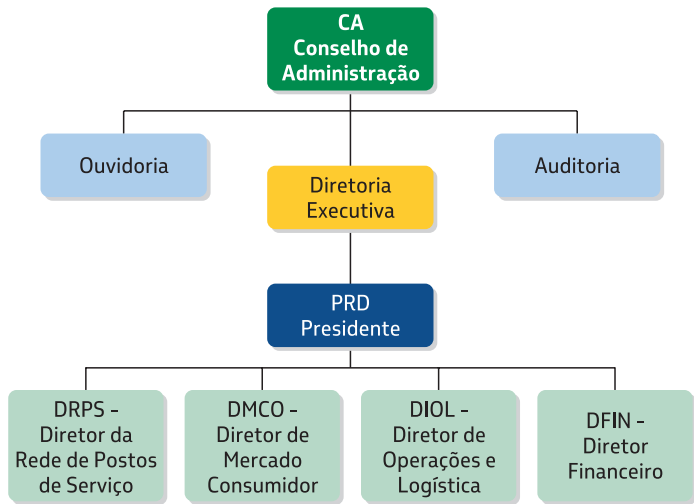
Comitê de Suprimento de Álcool e Derivados de Petróleo – Criado pelo Conselho de Administração é um fórum específico para avaliar e analisar os cenários e as condições mercadológicas, operacionais e logísticas, inerentes à aquisição, estocagem e suprimento de álcoois e de derivados de petróleo na BR.

Comitês de Integração – Criados pela Diretoria Executiva, os Comitês de Integração devem funcionar como fóruns de análise e aprofundamento dos temas do seu escopo, podendo auxiliar na estruturação de informações a serem apresentadas ao Comitê de Negócios e à Diretoria Executiva. Além dos Comitês de Crédito e Cobrança, Recursos Humanos, Tecnologia da Informação, Investimento, Avaliação de Projetos e Lubrificantes, em 2013 a Diretoria Executiva criou o Comitê de Avaliação de Projetos.

Conforme Estatuto Social da companhia é de competência privativa do Conselho de Administração deliberar sobre o Plano Básico de Organização, que tem por objetivo estabelecer a estrutura geral, a competência de cada unidade organizacional dela integrante e as relações de subordinação, coordenação e controle necessários ao funcionamento da companhia. A aprovação da Estrutura Básica dos órgãos da companhia e das respectivas Normas de Organização compete à Diretoria Executiva.

As atividades da companhia obedecem ao Plano Básico de Organização e Estrutura Organizacional, aprovados pelo Conselho de Administração. A estrutura geral é composta pelas unidades organizacionais diretamente subordinadas à Diretoria Executiva. Somam-se a estas a Auditoria Interna, responsável pela avaliação das atividades desenvolvidas pela companhia com o objetivo de assegurar sua execução em conformidade com as diretrizes empresariais e a legislação e a Ouvidoria, responsável por acolher opiniões, críticas, reclamações e denúncias, garantindo confidencialidade a seus usuários e promovendo as apurações e providências necessárias, ambas vinculadas ao Conselho de Administração e integrantes da área de contato do presidente da companhia.

A estrutura geral de organização da BR é assim configurada:



O Presidente é responsável pela direção e coordenação dos trabalhos da Diretoria Executiva e pela gestão das funções corporativas da companhia.

A Diretoria da Rede de Postos de Serviço (DRPS) é responsável por conduzir os negócios realizados com a rede automotiva atendida pela BR, utilizando sua área de contato.

A Diretoria de Mercado Consumidor (DMCO) é responsável por conduzir os negócios através da gestão integrada das gerências executivas comerciais de sua área de contato que compõem o denominado mercado consumidor da BR.

A Diretoria de Operações e Logística (DIOL) é responsável pela gestão integrada das atividades relativas à cadeia de suprimentos, logística, operações, área industrial, serviços compartilhados da BR e engenharia, saúde, meio-ambiente e segurança.

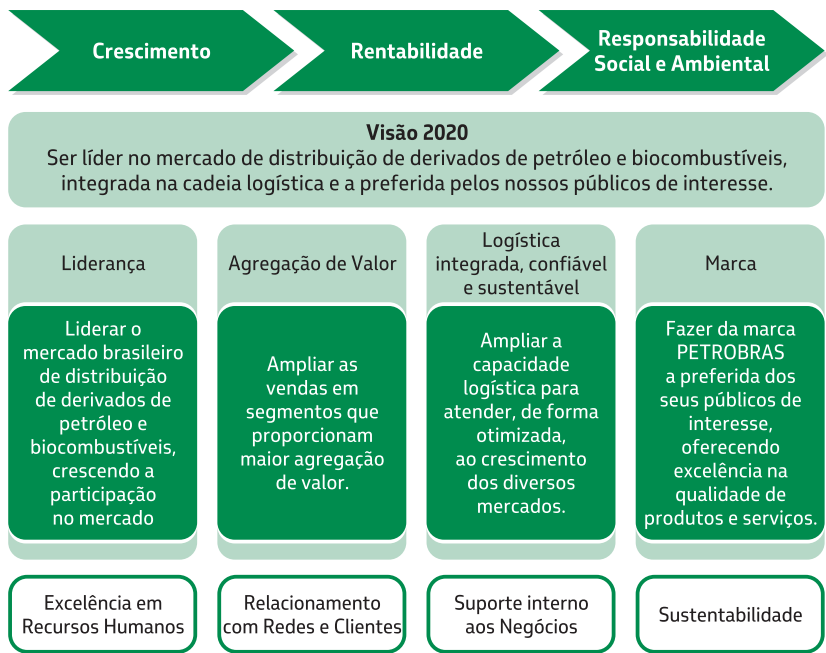
A Diretoria Financeira (DFIN) é responsável pelas atividades de finanças e tecnologia da informação, concentrando esforços na gestão dos recursos financeiros da companhia.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A Petrobras Distribuidora orienta seus negócios a partir do Plano Estratégico e do Plano de Negócios e Gestão (PNG), instrumentos que contêm o posicionamento estratégico da empresa. O Plano Estratégico 2020, atualmente em vigor, possui Metas e Objetivos que orientam os principais Planos e Iniciativas que são desdobrados em ações e metas para os negócios e para as diversas atividades da empresa.

Além disso, o Plano Estratégico 2020 engloba o Plano de Negócios e Gestão 2013-2017, que consolida os resultados previstos para os próximos 5 anos e define a carteira de projetos de investimento da empresa. Aprovado pelo Conselho de Administração, o Plano Estratégico da BR se integra ao Plano Estratégico da Petrobras, cobrindo a Área de Negócios da Distribuição, compartilhando e incorporando os cenários macroeconômicos corporativos e se apoiando no cenário traçado para o mercado de Distribuição, mapeando as oportunidades de negócios, incertezas críticas e desafios futuros, a partir dos quais são projetados os objetivos e metas.

O Plano Estratégico BR 2020 está fundamentado em 4 grandes Estratégias de Negócio: Liderança, Agregação de Valor, Capacidade Logística e Marca.



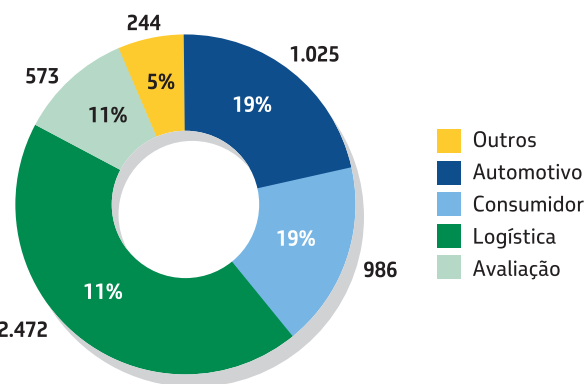
Essas estratégias balizam a projeção dos resultados e os recursos necessários à sua consecução, constantes do Plano de Negócios e Gestão BR 2013-2017, sempre com foco nas três grandes dimensões de desempenho: Crescimento, Rentabilidade e Responsabilidade Social e Ambiental.

O maior desafio desse Plano é a ampliação da capacidade logística, de forma a sustentar a nossa liderança, num cenário de crescimento acelerado do mercado. São R\$ 2,47 bilhões aplicados em Logística e Operações, valor que representa 46% de todos os nossos investimentos. Além dos investimentos na ampliação/adequação de bases e terminais, foram previstos R\$ 986 milhões de investimentos no mercado de Grandes Consumidores, dos quais R\$ 383 milhões só na ampliação/adequação da infraestrutura de abastecimento nos aeroportos. No mercado Automotivo, foram previstos R\$ 1,025 bilhão na manutenção/ampliação da Rede de Postos. Esses investimentos devem suportar o alcance de uma participação de mercado de 37,7% em 2017.

Os recursos destinados à Rede de Postos e à área de Aviação, por sinal, são o principal investimento destinado à preservação e ampliação do valor percebido da marca Petrobras na Distribuição. São investimentos na imagem dos postos, na vinculação de novos postos para a Rede, nos programas de fidelização e na garantia de qualidade dos produtos e serviços, entre outros, que potencializam a percepção dos públicos de interesse quanto à força da marca da companhia.

Complementando, vinculado à estratégia de Agregação de valor, o principal Objetivo Estratégico é o de “buscar um posicionamento em lubrificantes compatível com o posicionamento em outros produtos”. Este objetivo está suportado, em grande parte, pelo projeto de ampliação e modernização da Fábrica de Lubrificantes, atualmente em andamento, que deverá se consolidar, quando da sua conclusão, como o maior empreendimento da BR dos últimos anos, com capacidade de alavancar as vendas de lubrificantes, que é a linha de produtos de maior rentabilidade no mix da empresa.

Investimentos PNG 2013-2017 (R\$ milhões)



continuação



Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 — Empresa do Sistema Petrobras

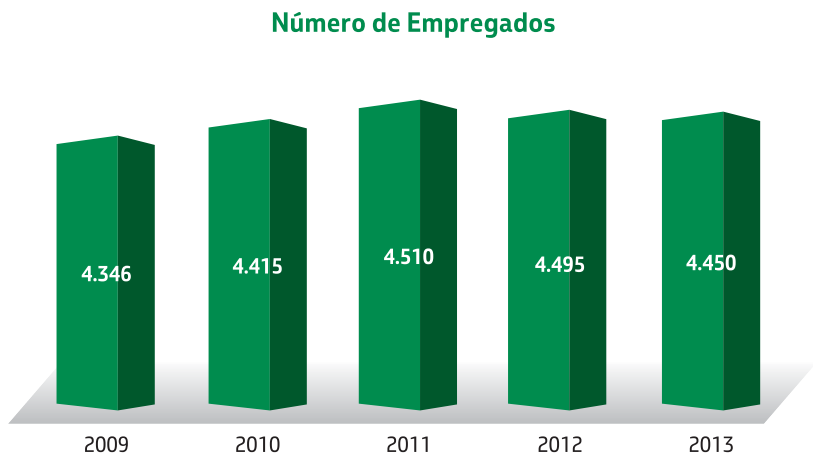
O Plano Estratégico está estruturado de forma a proporcionar avanços importantes na capacidade de atendimento de mercado da companhia e na geração de valor nos seus negócios. Cabe ressaltar, no entanto, que existem desafios importantes que terão que ser considerados para que o Plano alcance seus objetivos. O ponto mais crítico do cenário é a perda de grande parte do fornecimento de combustíveis para mercado de Térmicas, que vêm sendo substituído, de forma progressiva, pelo Gás Natural e pela implantação de linhas de transmissão nas regiões Norte e Centro-Oeste. Essa perda coincide com um período de altos investimentos previstos, o que deverá impactar de forma relevante, nos primeiros anos do Plano, a rentabilidade da companhia. Esses impactos estão considerados no Plano, sendo mitigados por ganhos em outros segmentos. No entanto, para o cumprimento das metas, a capacidade de otimizar a aplicação dos recursos deverá ser um fator crítico nos próximos anos. Para tanto, a BR tem desenvolvido mecanismos de controle e avaliação importantes. Um exemplo foi a aprovação e implantação, em 2013, da nova Sistemática de Aprovação de Projetos de Investimento, que orienta e sistematiza as várias etapas de estudos e dimensionamentos dos empreendimentos. A adoção desse novo procedimento, associado ao trabalho do Comitê de Investimentos, deve contribuir, de forma significativa, para uma melhor gestão dos recursos a serem disponibilizados.

E, alinhado ao Sistema Petrobras, foi lançado na BR, em julho de 2013, o Programa de Otimização de Custos Operacionais – Procop, que conta com três objetivos: econômico (aumentar a geração de caixa), de gestão (aumentar e controlar melhor a produtividade dos processos) e cultural (reforçar a preocupação com eficiência em custos). Em cinco anos, de 2013 a 2017, a Petrobras Distribuidora tem a meta de economizar R\$ 1,145 bilhão com as ações desse Programa.

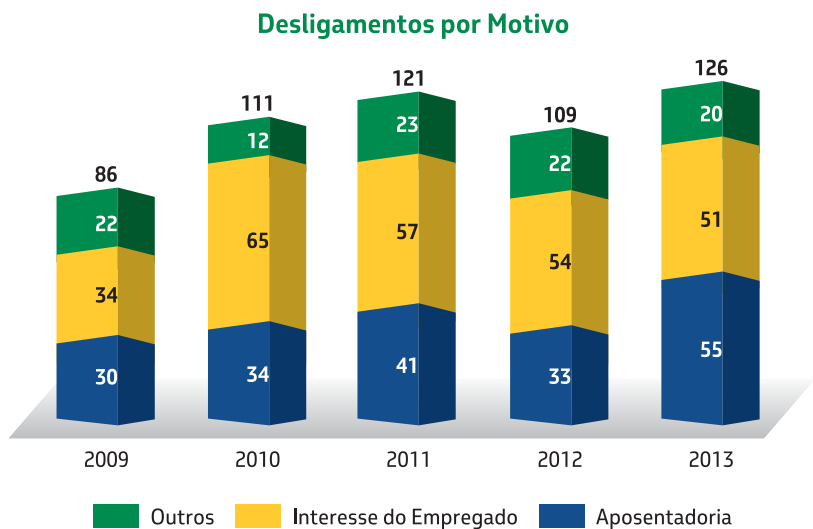
RECURSOS HUMANOS

Alinhada a sua estratégia, a companhia manteve sua política de atração e retenção e de comprometimento de sua força de trabalho. Programas de treinamento e desenvolvimento, Processo Seletivo Público e Programas de mobilidade interna foram algumas iniciativas desenvolvidas em 2013 pela área de Recursos Humanos para o atingimento das metas da companhia.

Encerramos 2013 com 4.450 empregados, uma redução de 1% em relação a 2012 e que corresponde a um desligamento de 45 empregados.



Os principais motivos de desligamento foram interesse do empregado e aposentadoria voluntária, observando-se um crescimento deste último motivo conforme gráfico seguinte:



Visando garantir a continuidade operacional e a transmissão dos conhecimentos são realizadas ações de estímulo à gestão do conhecimento, como, por exemplo, o rodízio técnico.

Avaliamos constantemente as práticas remuneratórias (plano de cargos, pesquisa salarial, benefícios) de modo a manter atratividade dos Processos Seletivos. Em junho de 2013, foi homologado o resultado do Processo Seletivo Público 01/2013, realizado para provimento de 44 vagas e formação de cadastro de reserva para 05 cargos de nível médio em várias regiões do país. O número de inscritos foi superior a 46.000 candidatos evidenciando a atratividade da companhia junto ao mercado de trabalho.

Para fortalecer a atração e a retenção de empregados, a BR possui diversas ações com foco em benefícios e em programas de qualidade de vida. Dentre eles, destacamos:

- Assistência Médica Supletiva (AMS): plano de assistência médica para empregados, aposentados e pensionistas da companhia e seus respectivos dependentes, contemplando, em 31/12/2013, aproximadamente 18.000 beneficiários e uma rede credenciada de aproximadamente 22.000 profissionais, incluídos pessoa física e jurídica, em todo o país;

- Programas que visam à manutenção da qualidade de vida e saúde de seus empregados e dependentes como o Programa Alimentação Saudável; Integração Família-Empresa; Campanha de Vacinação Antigripal; e Programa de Apoio à Gestante e Aleitamento Materno – GESTAL;

- Plano de previdência complementar para suplementação aos benefícios concedidos pelo INSS. O plano, que é administrado pela Petros (Fundação Petrobras de Seguridade Social), oferece aos empregados participantes e seus beneficiários uma série de vantagens, como suplementação da aposentadoria por invalidez, por idade, por tempo de serviço, suplementação da aposentadoria especial e do auxílio-doença, além de suplementação da pensão e pecúlio por morte do participante;

- Benefícios educacionais cujo objetivo é de contribuir para a formação e a instrução dos dependentes dos empregados da companhia desde a creche até o ensino universitário. Em 2013, foram aplicados mais de R\$ 14,7 milhões em benefícios educacionais, contemplando 2.851 dependentes de 1.925 empregados da companhia; e

- Fomento à cultura de respeito à diversidade humana e à equidade de gênero através da extensão da licença paternidade para 10 dias e o auxílio-creche, que era exclusivo para as empregadas, passa a atender também aos empregados homens. A licença maternidade também foi estendida em caso de parto prematuro pelo tempo em que o bebê estiver internado.

Investimos R\$ 10,4 milhões em programas de treinamento e desenvolvimento, valor 25% superior ao investimento realizado em 2012. A carga horária média de treinamento por empregado no ano foi de 43 horas.

Uma das sistemáticas adotadas pela companhia para disseminar conhecimentos são os cursos de ensino a distância (EAD), que em 2013 alcançou 5.647 participações de empregados nesse tipo de treinamento. Para os novos empregados, além do processo de ambientação foi dada continuidade ao Programa de Desenvolvimento de Novos Empregados, com o objetivo de disponibilizar conhecimentos relacionados ao negócio da BR e à área de atuação do profissional possibilitando, assim, acelerar o desenvolvimento desses empregados e reduzir o tempo de integração à companhia.

Como instrumento de monitoração e diagnóstico da ambiência da companhia, realizamos anualmente a pesquisa de Ambiência Organizacional, o que nos permite conhecer o grau de satisfação e comprometimento dos empregados e coletar informações que facilitam a tomada de decisões que visem à melhoria das práticas organizacionais ou de gestão de pessoas.

Em 2013, a pesquisa contou com a participação de 84,8% dos empregados. O Nível de Comprometimento do Empregado (NCE) e Nível de Comprometimento com a Responsabilidade Social (NCRS) foram de 79% e 87%, respectivamente. Já o Índice de Satisfação do Empregado (ISE) alcançou 77%.

Ainda em 2013, desenvolvemos diversas ações de estímulo à mobilidade interna, em função de demanda do mercado, do desafio para o desenvolvimento de regiões do país com potencial de crescimento do negócio e da necessidade de preenchimento de postos de trabalho em regiões remotas. Dentre as ações desenvolvidas, destacam-se incentivos financeiros específicos para a movimentação e a garantia de retorno do empregado para a sua região de origem após o período de 2 a 4 anos.

Ministério de
Minas e Energia



Podemos também destacar, em 2013, o recebimento, pela companhia, do Prêmio IBEF de Sustentabilidade com o caso "Processo de Gestão da Ambiência Organizacional", tendo como foco a contribuição da Gerência de Recursos Humanos para o desenvolvimento de um ambiente de trabalho que favoreça o alcance de metas e resultados.

AMBIENTE DO MERCADO DE DISTRIBUIÇÃO

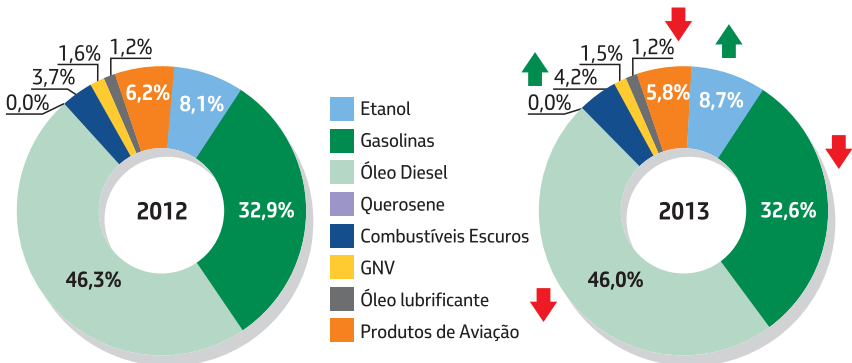
A expectativa de crescimento do PIB no início do ano de 3,3% não se confirmou. No entanto, o crescimento da economia brasileira da ordem de 2,3% em 2013 (Boletim Focus Dez/13) superou o crescimento de 2012 de 0,9%.

O crescimento de 2013 foi puxado principalmente pelo setor agropecuário (+8,2%), com crescimento da safra de grãos de 15,4% (IBGE) e pelo setor de serviços (+2,0%).

Já o mercado de distribuição de combustíveis no Brasil voltou a apresentar um expressivo crescimento de 5,9%, superando o PIB pelo quarto ano consecutivo. O resultado pode ser explicado pelas boas condições de renda e crédito retratadas pelo aumento de consumo das famílias (+2,3%), e especialmente no varejo (+ 4,4% até nov 2013 - IBGE).

Em 2013, foram comercializados 126,5 bilhões de litros de combustíveis e lubrificantes. O diesel e a gasolina responderam por quase 80% do total, conforme demonstrado a seguir. Destaque para a queda de participação do consumo da gasolina, do diesel e dos combustíveis de aviação. Por outro lado, embora menos relevante, tivemos um aumento de representatividade do etanol e combustíveis escuros.

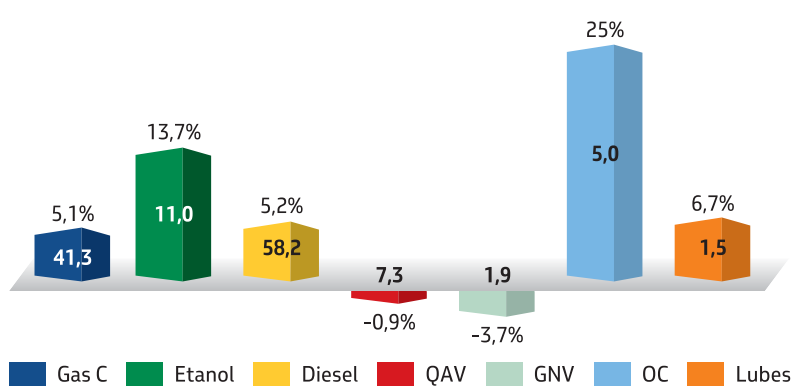
Participação dos Produtos - Mercado Global



Participação dos Produtos – Mercado Global

Vale ressaltar que o expressivo aumento de consumo de combustíveis e lubrificantes de 5,9% está calcado no comportamento das vendas de gasolina e diesel, com crescimento de 5,1% e 5,2%, respectivamente. Porém, em 2013 as vendas de etanol, óleo combustível e lubrificantes, embora menos representativas, também colaboraram para esse resultado, com crescimentos de 13,7%, 25,0% e 6,7% respectivamente.

Var (%) 2013/2012 e Volume 2013 (bilhões litros) por Produto



O crescimento observado na gasolina em 2013 de 5,1% está mais relacionado ao aumento de renda da população e da frota de veículos flex, apesar da migração de parte do consumo para o etanol. Destaque para os crescimentos acima da média nacional verificados nas regiões Norte e Nordeste.

Após alcançar o menor consumo dos últimos três anos em 2012, o consumo de etanol hidratado em 2013 cresceu 13,7%. Tal crescimento decorre de um preço bomba mais favorável (equivalente ou inferior a 70% do valor da gasolina) em alguns Estados de consumo expressivo como em São Paulo, Paraná, Goiás e Mato Grosso, que representam 80% do consumo nacional.

Com relação aos combustíveis de aviação, desde 2006 não havia queda nas vendas. Em 2013 tivemos uma queda de 0,9% em linha com a queda na oferta de voos (-0,9% até nov 2013 - ANAC), especialmente da TAM e GOL.

Quanto aos combustíveis escuros, o expressivo fornecimento para termelétricas para geração de energia em 2013, devido aos baixos níveis dos reservatórios do SIN (Sistema Integrado Nacional), propiciou um crescimento nas vendas de 25,0% sobre 2012.

Por fim, quanto ao diesel, vale destacar a comercialização a partir de 1º de janeiro de 2013 do diesel S-10, de baixo teor de enxofre nos postos revendedores em todo o País, para atender aos veículos com motor Euro V. As vendas já representam aproximadamente 21% do consumo total de diesel.

DESEMPENHO COMERCIAL

A BR manteve sua liderança no mercado brasileiro de combustíveis em 2013, com *market share* anual de 37,5%. O volume comercializado totalizou 53,7 milhões m³, 4,5% superior às vendas do ano anterior, com crescimento significativo nas vendas do óleo combustível (31,7%) e etanol (18,9%).

No mercado revendedor de combustíveis foi desenvolvida uma série de ações voltadas a manutenção da liderança, oferecendo produtos e serviços de qualidade e mantendo o compromisso com o desenvolvimento do país. O programa de fidelidade Petrobras Premmia ultrapassou a marca de 4,5 milhões de clientes cadastrados. Lançamos a 5ª edição do Plano Integrado de Marketing (PIM) mantendo seus objetivos principais de fidelização dos consumidores e aumento das vendas. Realizamos duas grandes ações promocionais como parte desse Plano, a promoção "Petrobras Premmia Todo Mundo Todo Dia" e a Promoção Petrobras 60 Anos. Além disso, para incentivar um bom relacionamento com nossos públicos de interesse, intensificamos nossa presença em feiras e eventos, participando de mais de 200 eventos em todo o Brasil, como o "Moto 1.000 GP", onde apresentamos nossa linha de lubrificantes para motos e a "Fórmula Truck", o principal patrocínio automobilístico do país que há 16 anos é apoiado pela BR.

Encerramos 2013 com 860 lojas BR Mania distribuídas ao longo do território nacional e que dispõem de cerca de 140 produtos oferecidos na linha de *food-service* de marca própria. Somente em 2013, foram mais de 10 milhões de unidades dos produtos *food-service* distribuídos em nossa Rede franqueada.

Ampliamos e consolidamos a rede de revenda de diesel S-10 em todo o território nacional, aumentando essa rede em 67% no ano de 2013, com cerca de 4.100 postos comercializando este produto.

O Programa De Olho no Combustível, que tem caráter preventivo e possui o objetivo de garantir a qualidade dos combustíveis, abrangeu 97,7% da rede ativa de Postos Petrobras, o que equivale à conquista de 7.141 postos certificados, estando presente em todos os municípios brasileiros que possuem postos Petrobras. Já a base de portadores do Cartão Petrobras cresceu 11,9% em relação a 2012, e o faturamento na rede de postos também cresceu. O acréscimo foi de 11,8% na rede de postos, e 28,2% nos consumos feitos com Cartão Petrobras em outros estabelecimentos.

O resultado de todas essas ações na rede de postos garantiu a liderança no setor, com participação de 29,9% no mercado brasileiro revendedor de combustíveis e lubrificantes.

No segmento de aviação, não obstante o acirramento do nível de competição, devido à entrada de uma congênere nos principais aeroportos, aliada à otimização da malha aérea feita pelas grandes companhias, a participação da BR no mercado de aviação, em 2013, se manteve em torno dos 60%.

Neste cenário, mantendo as ações de planejamento estratégico de longo prazo da companhia, demos continuidade em nosso plano de expansão, estando atualmente presente em 111 aeroportos do país. Nossa presença física se expandiu para Macapá, Araçatuba, Vitória da Conquista, entre outros. Além disto, inauguramos em São Luís/MA mais uma unidade do BR Aviation Center (Centro de prestação de serviços, voltado especificamente para os clientes da aviação executiva, proporcionando-lhes tratamento personalizado e a máxima comodidade entre os voos). Criamos dois novos espaços BR Aviation, sendo um no Aeroclube do Maranhão, em São Luís, e outro no Aeroclube da Paraíba, em João Pessoa, e inauguramos 4 novos BR Aviation Auto Center (centro de prestação de serviços às frotas automotivas das empresas estabelecidas nos aeroportos) nos aeroportos de São Luís, Santos Dumont, Porto Urucu e Farol de São Tomé.

continua

continuação



Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 — Empresa do Sistema Petrobras

No segmento de combustíveis sólidos comercializamos um volume recorde de vendas de Coque Verde de Petróleo (CVP), atingindo a marca de 3,5 milhões de toneladas e reforçamos a nossa atuação no negócio através da continuidade das operações da planta de armazenagem de beneficiamento de CVP de Cosmópolis/SP e do início das operações da segunda planta de beneficiamento localizada em Taubaté/SP.

Em nossa concessão de gás canalizado do Espírito Santo, ampliamos de 10 para 12 o número de municípios atendidos, com o início do fornecimento em Linhares e Sooretama. Iniciamos a execução do projeto de rede de gás para atendimento aos segmentos residencial e comercial em Vila Velha e Serra. Implantamos ainda o SGI (Sistema de Gestão Integrada – ISO 9001:2008 ISO 14001:2004 e OHSAS 18001:2007) nos processos de recebimento, odorização e entrega do gás natural canalizado.

Quanto ao segmento de Grandes Consumidores a BR atendeu, aproximadamente 12.000 clientes em 2013, atingindo um *market share* de 54% resultante de um incremento de 7% em nossas vendas neste mercado, sendo reconhecida a melhor distribuidora do segmento consumidor através do recebimento dos seguintes prêmios: Melhor Distribuidora de Combustíveis eleita pela Maiores & Melhores, Melhor Distribuidora – SINDTRR (Sindicato Nacional TRR); Melhor Distribuidora – SETCERGS (Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas e Logística no Estado do Rio Grande do Sul); Melhor Distribuidora de Lubrificantes e Melhor Distribuidora de Combustíveis pela Associação Nacional de Transportadores de Carga e Logística – NTC.

Na área de produtos químicos destacamos a retomada do mercado de solventes após a perda de *market share* decorrente da parada prolongada da RPBC (Refinaria Presidente Bernardes – Cubatão) em 2012. Adicionalmente, a tendência de forte crescimento das vendas para o segmento de petróleo se confirmou, notadamente nos produtos para a área de exploração, possibilitando a quebra de recordes mensais de vendas por duas vezes no decorrer do ano. Destaque especial também para o segmento de agronegócios, sobretudo no que se refere às vendas de ureia, com crescimento contínuo nos últimos anos, tendência que se intensificará com a entrada em operação da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados de Três Lagoas – MS, trazendo perspectivas bastante favoráveis aos mercados atendidos pela BR neste segmento.

No segmento de produtos asfálticos, a BR manteve a posição de maior distribuidora em 2013, tendo comercializado um total de 653 mil toneladas de produtos de pavimentação. Dentre os produtos comercializados, destacam-se o cimento asfáltico de petróleo e as emulsões asfálticas, produzidas nas 7 Fábricas de Asfaltos da BR. Neste setor, para a BR, o ano de 2013 foi marcado pela consolidação no atendimento de grandes clientes dos segmentos de construção civil, governo e concessionárias de rodovias e também pela participação ativa no fornecimento de produtos para grandes obras no Brasil, como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte e o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro.

E, por fim, vale destacar que em 2013 completamos quatro décadas da linha Lubrax, a linha de lubrificantes líder em volume de vendas no país e a mais lembrada pelos consumidores. Todo esse sucesso está refletido nas 690 unidades ativas de estações de serviço de lubrificação Lubrax+, que estão em franca expansão, com faturamento apresentando um crescimento de mais de 120% comparativamente a 2012. O volume comercializado de lubrificantes pela BR cresceu 9,8%, proporcionando um ganho de 0,7% de *market-share* neste mercado. O Lubrax é mais um exemplo de como a BR, ao longo de toda a sua história, conseguiu oferecer ao público produtos e serviços respeitados e admirados por sua qualidade, que contribuem para que hoje a Petrobras Distribuidora seja líder em seu segmento.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A Receita Operacional Bruta da BR atingiu R\$ 105.583 milhões, o que representa um crescimento de 11,3% sobre o ano anterior, superando as vendas físicas que apresentaram crescimento de 4,5%.

Em 2013 o Lucro Bruto cresceu 10,9%, chegando a R\$ 7.279 milhões. Destaca-se o aumento nas vendas de óleo combustível às térmicas do sistema interligado, e também nas vendas de Etanol, tanto em volumes como em rentabilidade, conferindo o excelente resultado no Lucro Bruto.

O Lucro Operacional chegou a R\$ 3.040 milhões, com crescimento de 2,5%. As margens Bruta e Operacional mantiveram-se praticamente em linha em relação a 2012, não comprometendo assim o resultado, evidenciado pelo Lucro Líquido recorde de R\$ 2.132 milhões, com crescimento de 12,7% em relação a 2012.

O EBITDA alcançou R\$ 3.103 milhões, mostrando um aumento de 3,0% comparativamente ao ano anterior.

No quadro-resumo abaixo, pode ser observada a evolução da receita e do lucro no último exercício, em relação ao ano anterior.

Indicadores Financeiros (R\$ milhões)	2013	2012	%
Receita Operacional Bruta	105.583	94.882	11,3%
Receita Operacional Líquida	86.585	77.309	12,0%
Lucro Bruto	7.279	6.563	10,9%
Margem Bruta	8,4%	8,5%	-0,1 pp
Lucro Operacional	3.040	2.965	2,5%
Margem Operacional	3,5%	3,8%	-0,3 pp
EBITDA	3.103	3.014	3,0%
Lucro Líquido	2.132	1.891	12,7%

INVESTIMENTOS

Em 2013 a Petrobras Distribuidora investiu R\$ 1,031 bilhão, dos quais R\$ 545,6 milhões foram destinados à ampliação e melhoria da capacidade logística e operacional. Destacam-se as obras de construção de duas novas instalações, a de Porto Nacional no Estado do Tocantins e a de Cruzeiro do Sul no Acre, e a aquisição de 75% da Base da Ipiranga em Macapá.

O Terminal de Tocantins, já em fase pré-operacional, é uma das maiores unidades operacionais já construídas pela BR e tem a capacidade de receber, armazenar e distribuir mais de 100 milhões de litros de combustíveis por mês. O principal benefício do Terminal é a garantia de suprimento para o Estado do Tocantins e com a utilização da Ferrovia Norte-Sul teremos redução do custo logístico e maior segurança no transporte, hoje 100% rodoviário.

A Base de Cruzeiro do Sul no Acre, totalmente automatizada e com cais flutuante moderno, terá capacidade de armazenagem de 27,94 mil m³. Esse projeto, que recebeu investimentos de R\$ 112,2 milhões em 2013, tem previsão de entrada em pré-operação para agosto de 2014. Essa nova Base irá consolidar a posição de liderança da BR no mercado de combustíveis no Estado do Acre, atendendo a todos os requisitos técnicos, ambientais e de segurança.

Diante da necessidade de aumentar a capacidade de tancagem e modernizar as instalações no Amapá, a Petrobras Distribuidora adquiriu 75% da Base da Distribuidora Ipiranga em Macapá, situada no Porto de Santana, formando o POOL de Macapá, que é composto por três áreas distintas: pier para barcas, tancagem intermediária e base de distribuição, com área de 63.000 m² e tancagem total de 8.500 m³. Essa aquisição, em linha com a estratégia logística da companhia, consolida, ainda mais, a rede de bases da BR, que passou a contar com 78 instalações próprias, agora, em todos os estados da federação e do DF.

A continuidade do projeto de ampliação e modernização da fábrica de lubrificantes, no qual foram investidos R\$ 65,5 milhões em 2013, também merece destaque. Com esse investimento teremos um aumento da capacidade de produção de 28 mil m³/mês para 42 mil m³/mês, além da modernização do processo produtivo, novo prédio administrativo, armazém vertical e novos tanques.

Na infraestrutura operacional dos aeroportos destacamos a aquisição de 58 novas unidades abastecedoras de aeronaves e modernização de outras 84, consolidando uma frota de mais de 500 unidades espalhadas pelo território nacional com flexibilidade de deslocamento para atendimento a demandas emergenciais e extraordinários em qualquer lugar do país, inclusive para grandes eventos, tais como Jornada da Juventude, Copa do Mundo e Olimpíadas. Neste segmento, o montante investido foi de R\$ 146,7 milhões, que incluirá também obras de construção, ampliação e melhorias das instalações da BR nos maiores aeroportos do país.

Já na rede de postos foram investidos R\$ 162,2 milhões, beneficiando 778 postos. Destacamos a substituição de equipamentos, incluindo a retirada de cerca de 506 tanques antigos e a instalação de aproximadamente 286 tanques novos jaquetados e bi-compartimentados, dotados da mais recente tecnologia de monitoramento ambiental. Além disso, realizamos adequações em cerca de 100 postos ao longo de 2013 para comercialização do diesel UBTE, e adequação de imagem em 364 postos.

Investimos R\$ 45,4 milhões na expansão da rede de gás canalizado no Espírito Santo em obras de expansão de 30,4 km da rede de gás canalizado nos municípios de Linhares, São Mateus, Colatina e Sooretama e de expansão do segmento residencial e comercial nas cidades de Vitória, Serra e Vila Velha. Além disso, no segmento industrial, foram adicionados 6,2 km de rede para atender principalmente ao pólo industrial CIVIT-I (Cidade Industrial de Vitória) que é um pólo industrial e logístico de grande porte localizado na cidade de Serra, na região metropolitana de Vitória, ao norte dessa capital.

Em nossa rede de grandes consumidores, que incluem empresas de grande porte, tais como mineradoras e usinas, órgãos públicos, forças armadas e empresas de transporte, investimos R\$ 28,7 milhões instalando diversos equipamentos de abastecimento e geração de energia. Neste mesmo segmento, relacionado ao serviço de controle de consumo de carros frotistas, instalamos 2029 UVEs (Unidade Veicular) e 28 RFCs (Remote Full Controle), sendo o primeiro instalado no tanque de combustível do veículo e o segundo no bico da bomba de combustível de postos credenciados. Com isso, há a troca e registro automático de informações, disponibilizando para as empresas, via internet, relatórios gerenciais por veículo com grande rapidez e confiabilidade.

Ministério de
Minas e Energia



Foram investidos R\$ 19,9 milhões no segmento de produtos químicos, com destaque para a aquisição de 190 contentores metálicos *offshore* para atendimento à demanda crescente da área de Exploração e Produção da Petrobras e a construção de um novo depósito de *Supply House* em Japaratuba – SE, com o objetivo de ampliar a capacidade de atendimento às demandas de produtos químicos.

Mantendo o foco em modernização e ampliação da estrutura de atendimento a clientes, investimos R\$ 4,1 milhões no segmento asfáltico. Foram diversas obras de adequação e ampliação em nossas fábricas de asfaltos, as quais envolveram desde instalação de tanques, adequações de válvulas, até montagem de sistema de distribuição de energia elétrica, com relevância para as obras das Fábricas de Betim, Duque de Caxias, Fortaleza, Canoas, São Paulo, São José dos Campos e Paranã, além de investimentos em equipamentos para o Laboratório Central de Pavimentação BR - LCPBR.

Com o mercado de combustíveis em franca ascensão, torna-se cada vez mais necessário investimento em tecnologias que dêem maior suporte e segurança aos processos de atendimento a clientes, logística e infraestrutura de rede. Nesse contexto, investimos R\$ 58,3 milhões em Tecnologia da Informação em 2013, com destaque para aquisição de servidores, implantação do Projeto de Gestão de Transportes (SIG-T), aquisição de *switches* e roteadores para atender a infraestrutura da nova sede da companhia, novos desenvolvimentos nos ambientes dos sistemas corporativos e de atendimento a clientes, tais como SAP, CRM e Portal de Negócios e aquisição da solução tecnológica Exadata e seus servidores, possibilitando o gerenciamento integrado de todos os bancos de dados utilizados nos sistemas em produção da Cia.

Nas instalações administrativas nossos investimentos somaram R\$ 12 milhões, sendo grande parte dos recursos direcionados a aquisição do mobiliário para a nova sede da companhia no Rio de Janeiro, visando a modernização das instalações e proporcionando um ambiente agradável aos nossos colaboradores. E, não poderíamos deixar de investir na aquisição de equipamentos de laboratório, que se tornou uma constante em nossas unidades operacionais, visando o constante monitoramento da qualidade dos produtos comercializados pela Petrobras Distribuidora.

Concluindo, as áreas de saúde, meio ambiente e segurança tiveram investimentos relevantes no valor de R\$ 36,5 milhões destacando-se os investimentos em Unidades de Recuperação de Vapor no Terminal de Canoas, em sistemas de drenagem nos Terminais/Bases de Cubatão e Barueri e outros investimentos distribuídos por diversas instalações.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A responsabilidade social e ambiental é um dos pilares da estratégia corporativa da Petrobras Distribuidora, pois somente o crescimento e a rentabilidade não são suficientes para um negócio sustentável. Nossa Política de Responsabilidade Social prevê a gestão integrada e ética dos nossos negócios e os relacionamentos com nossos públicos de interesse, promovendo os direitos humanos e a cidadania, respeitando a diversidade humana e cultural, de forma a combater os trabalhos degradante, infantil e escravo, contribuindo para a redução da desigualdade social.

Nesse contexto, destacam-se as ações voltadas para nossa cadeia de fornecedores. Em todos os contratos com empresas fornecedoras de materiais e serviços, há uma cláusula proibitiva de trabalho degradante e infantil. Realizamos também outras atuações preventivas como mobilizar e conscientizar nossos motoristas sobre a importância de respeitar as regras previstas no Pacto de Acidente Zero, programa com foco em 10 regras que abrangem as diferentes etapas do transporte, e os procedimentos previstos no Programa de Gerenciamento de Risco. Foi criado, inclusive, o Programa Motorista Deztaque, para reconhecimento dos motoristas que transportam nossos produtos com segurança. Além de atendimento às normas de segurança, eles recebem capacitação técnica e conteúdo social, conscientizando-os sobre a importância da proteção dos direitos das mulheres, de crianças e adolescentes.

Compreendemos a relevância da diversidade para um ambiente organizacional mais produtivo e a importância de sua promoção junto aos públicos de interesse. Participante desde a 3ª Edição do Programa Pró-igualdade de Gênero e Raça do Governo Federal, já recebemos duas vezes os selos de reconhecimento por nossas práticas, como: ação afirmativa no processo seletivo de estágio; capacitação da Alta Administração para as questões relacionadas a gênero, raça e diversidade; fomento de uma cultura de paternidade responsável; distribuição de cartilhas sobre assédio moral e sexual; bem como inclusão do tema "igualdade racial" na capacitação das equipes dos postos de todo o Brasil através das unidades móveis de treinamento do Programa Capacidade Máxima. A proteção dos direitos das mulheres também foi reforçada em campanhas ao longo do ano, envolvendo postos, áreas operacionais e redes sociais.

Também desenvolvemos ações para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, tais como doações ao Fundo da Infância e Adolescência (FIA) e divulgação do Disque 100 (Secretaria de Direitos Humanos) em vários projetos: no Siga Bem Criança, que faz parte da Caravana Siga Bem, para os caminhoneiros de todo o Brasil, na Ação Social Truck Kids, realizada antes da Fórmula Truck em algumas cidades, e nas campanhas nos postos e áreas operacionais. Por isso, a empresa tem sido contemplada, anualmente, desde 2004, com o selo da Fundação Abrinq, como uma "Empresa Amiga da Criança". Desde 2012, apoia o Programa Na Mão Certa da Fundação Childhood, assumindo compromissos de proteger os direitos de crianças e adolescentes nas rodovias. Além disso, patrocinamos, desde 1997, o projeto sociocultural "Dançando para não dançar", destinado ao ensino de balé para mais de 1.000 crianças e jovens de 17 comunidades do Rio de Janeiro.

Em 2013, em nosso Plano de Relacionamento Comunitário, mapeamos o entorno de 55 unidades operacionais, abrangendo todas as regiões do país. As comunidades foram classificadas em três categorias, conforme o grau de relacionamento e impacto das unidades da companhia, e planos de ações customizados estão sendo implementados em 8 comunidades-piloto. O plano é uma ferramenta de gestão dos negócios, alinhada à responsabilidade social, em que são tratadas questões como, por exemplo, a comunicação de riscos e o diagnóstico socioambiental, buscando o diálogo constante entre os diversos atores sociais.

Já a Política de Saúde, Meio Ambiente e Segurança (SMS) da BR considera a sustentabilidade de atividades e processos e compromete-se com as melhores práticas do mercado de distribuição, com a melhoria contínua e a busca pela minimização dos impactos adversos inerentes aos negócios. Nosso Programa de Gestão em SMS inclui ações de melhoria do nível de eficiência e objetiva ao considerar a sustentabilidade nas suas atividades, a minimização dos impactos adversos inerentes à atividade de distribuição de derivados, em especial no que tange a vazamentos.

A BR desenvolveu o programa de eficiência energética no transporte de produtos que visa a redução do consumo de combustíveis e consequente redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). Este programa contempla ações como renovação da frota rodoviária e aumento do volume médio transportado por caminhão, bem como a otimização dos percursos e mudanças do modal de transporte, contemplado no Plano Diretor de Logística (PDLT) da empresa.

A BR possui diversos produtos que buscam menor impacto ao meio ambiente, tais como: asfalto-borracha - com o uso de borracha moída de pneus no asfalto melhora em muito as propriedades e o desempenho do revestimento asfáltico; Add Cleaner - proporciona uma combustão mais limpa e eficiente, com menor emissão de materiais particulados; Flua, o Lubrax Advento e Diesel S-10.

A empresa mantém atualmente a certificação em 29 unidades operacionais conforme as normas internacionais de saúde ocupacional e gestão de segurança. Na gestão da segurança do trabalhador em suas obras, a implantação do Programa de Obras Seguras em 23 unidades operacionais permitiu importante redução no índice de acidentes em obras. Essa redução foi obtida a partir de diversas ações, como: realização de inspeções periódicas nos sites de obras; inserção de materiais de SMS em obras no portal BR, para consulta externa; criação de novos manuais e procedimentos; implementação e divulgação de cursos virtuais; realização de boletins técnicos com a divulgação de assuntos voltados à segurança em obras e aplicação dos manuais de fiscalização, voltados aos fiscais de contratos.

Um aspecto que ganhou importante adequação aos padrões de qualidade da BR foi a gestão dos assuntos de contingência. No ano de 2013 foi aprovado um plano de trabalho visando melhorias nos processos de contingência da Cia. O plano inclui ações para o transporte rodoviário e para as instalações da BR. Ainda em 2013 foram realizadas ações tais como: capacitação de profissionais em resposta a emergências, implantação do sistema corporativo INFOPAE, simulados, aprimoramento da Central de Emergências da BR, Programa de Gerenciamento de riscos, entre outras.

Na área de saúde, destacam-se diversas ações desenvolvidas para gestão, entre elas para o aumento do número de empregados em atividade, para a redução do tabagismo, da obesidade e sobrepeso, colesterol e triglicérides dos empregados.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer o apoio que recebemos dos nossos revendedores, clientes e fornecedores, fundamentais para o nosso sucesso.

Especial agradecimento aos nossos empregados e demais colaboradores pela dedicação e empenho.

À nossa controladora, agradecemos a confiança em nossas estratégias e reforçamos o nosso compromisso de ajudar a fazer da BR uma empresa cada vez melhor e capaz de contribuir para o fortalecimento do Sistema Petrobras.

continua

continuação



Ministério de Minas e Energia



Petrobras Distribuidora S.A.
CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 — Empresa do Sistema Petrobras

Balanços Patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e 1º de janeiro de 2012
(Em milhões de reais)

Ativo	Nota	Consolidado			Controladora		
			2012	01.01.2012		2012	01.01.2012
		2013	(Reapre- sentado)	(Reapre- sentado)	2013	(Reapre- sentado)	(Reapre- sentado)
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5	931	1.056	803	667	659	456
Títulos e valores mobiliários	6	–	298	–	–	298	–
Contas a receber, líquidas	7	2.714	4.078	5.257	2.658	4.020	5.029
Dividendos a receber		–	3	1	–	3	26
Estoques	8	2.356	1.846	2.007	2.348	1.838	1.967
Impostos e contribuições a recuperar	17.1	746	676	815	737	634	734
Despesas antecipadas		44	50	34	44	50	30
Adiantamentos a fornecedores		129	124	263	128	124	263
Ativos não circulantes mantidos para venda		2	2	3	2	2	3
Outros ativos circulantes		<u>32</u>	<u>37</u>	<u>38</u>	<u>32</u>	<u>37</u>	<u>25</u>
		6.954	8.170	9.221	6.616	7.665	8.533
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Contas a receber	7	4.999	3.449	1.083	4.965	3.424	1.055
Títulos e valores mobiliários	6	22	22	259	22	22	259
Depósitos judiciais	9	734	625	459	716	608	407
Despesas antecipadas		132	127	162	132	127	162
Adiantamentos a fornecedores		31	8	–	18	8	–
Impostos e contribuições a recuperar	17.1	94	14	78	58	14	76
Impostos e contribuição social diferidos	17.3	361	513	510	361	510	516
Outros ativos realizáveis a longo prazo		<u>46</u>	<u>26</u>	<u>7</u>	<u>46</u>	<u>26</u>	<u>–</u>
		6.419	4.784	2.558	6.318	4.739	2.475
Investimentos	10	4	69	84	191	180	918
Imobilizado	11	5.549	4.824	4.714	4.642	4.285	3.820
Intangível	12	<u>499</u>	<u>441</u>	<u>531</u>	<u>497</u>	<u>439</u>	<u>520</u>
		6.052	5.334	5.329	5.330	4.904	5.258
		19.425	18.288	17.108	18.264	17.308	16.266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhões de reais, exceto pelo lucro por lote de mil ações)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2013	2012	2013	2012
Receita					
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	22	(79.608)	(72.781)	(79.306)	(70.746)
Lucro bruto		7.339	7.346	7.279	6.563
Despesas operacionais					
Vendas	22	(3.701)	(3.573)	(3.669)	(3.022)
Gerais e administrativas	22	(759)	(766)	(735)	(624)
Tributárias	22	(33)	(27)	(29)	(21)
Planos de pensão e saúde	18	(87)	(110)	(87)	(102)
Outras receitas (despesas), líquidas	21	39	(98)	48	(95)
		(4.541)	(4.574)	(4.472)	(3.864)
Lucro antes do resultado financeiro, participação e impostos		2.798	2.772	2.807	2.699
Financeiras	23				
Despesas		(228)	(186)	(222)	(181)
Receitas		322	459	336	448
Variações cambiais e monetárias, líquidas		217	17	196	20
		311	290	310	287
		(1)	4	(12)	43
Resultado de participações em investimentos		(65)	(75)	(65)	(64)
Participações nos lucros ou resultados	18.5	(65)	(75)	(65)	(64)
Lucro antes dos impostos		3.043	2.991	3.040	2.965
Contribuição social corrente	17.4	(269)	(289)	(268)	(283)
Imposto de renda corrente	17.4	(717)	(783)	(715)	(769)
Contribuição social diferida	17.4	20	(7)	20	(6)
Imposto de renda diferido	17.4	55	(21)	55	(16)
Lucro líquido do exercício		2.132	1.891	2.132	1.891
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		2.132	1.891	2.132	1.891
Lucro líquido, básico e diluído por lote de mil ações do capital social - R\$				61,30	44,82

Capital social composto de 34.777.774.156 ações ordinárias.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhões de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012 (Reapre-sentado)	2013	2012 (Reapre-sentado)
Lucro líquido antes da participação de acionistas não controladores	2.132	1.891	2.132	1.891
Outros resultados abrangentes:				
Itens que não serão reclassificados para o resultado	1.143	(420)	1.143	(420)
Ganhos/(Perdas) atuariais - Plano de Pensão e Saúde	1.143	(420)	1.143	(420)
Itens que serão reclassificados para o resultado				
Ganhos/(Perdas) a realizar sobre títulos disponíveis para a venda	(90)	50	(90)	50
Reconhecido no patrimônio líquido	–	50	–	50
Transferido para o resultado	(90)	–	(90)	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(223)	120	(223)	120
Resultado abrangente atribuível ao acionista controlador	2.962	1.641	2.962	1.641

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

		Consolidado			Controladora		
			2012 (Reapre- sentado)	01.01.2012 (Reapre- sentado)		2012 (Reapre- sentado)	01.01.2012 (Reapre- sentado)
Passivo	Nota	2013			2013		
Circulante							
Fornecedores	13	3.019	3.518	3.289	2.988	3.483	3.193
Financiamentos	14	165	17	225	27	17	202
Arrendamentos mercantis financeiros	15	37	35	32	39	35	32
Impostos e contribuições a recolher	17.2	278	428	284	268	417	261
Dividendos propostos	19.4	506	449	301	506	449	301
Plano de pensão	18	52	47	32	52	46	32
Plano de saúde	18	32	34	39	32	34	32
Salários, férias e encargos		166	148	161	164	146	131
Provisão para processos judiciais	25	115	94	70	115	93	69
Adiantamentos de clientes		212	182	209	206	177	195
Participações nos lucros ou resultados	18.5	65	64	100	65	64	100
Outras contas e despesas a pagar		159	224	216	151	216	176
		4.806	5.240	4.958	4.613	5.177	4.724
Não Circulante							
Financiamentos	14	1.238	1.015	524	277	101	–
Arrendamentos mercantis financeiros	15	106	125	141	121	125	141
Plano de pensão	18	460	1.062	624	458	1.060	623
Plano de saúde	18	704	1.010	949	704	1.009	893
Provisão para processos judiciais	25	164	167	176	163	167	153
Outras contas e despesas a pagar		46	83	132	27	83	128
		2.718	3.462	2.546	1.750	2.545	1.938
Patrimônio líquido							
	19						
Capital social realizado		5.991	4.182	5.153	5.991	4.182	5.153
Reserva de capital		–	54	54	–	54	54
Reservas de lucros		5.787	6.057	4.860	5.787	6.057	4.860
Ajuste de avaliação patrimonial		123	(707)	(457)	123	(707)	(457)
Prejuízos acumulados		–	–	(6)	–	–	(6)
		11.901	9.586	9.604	11.901	9.586	9.604
		19.425	18.288	17.108	18.264	17.308	16.266

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhões de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Atividade operacional				
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	2.132	1.891	2.132	1.891
Ajustes:				
Resultado de participações em investimentos relevantes	1	(4)	12	(43)
Depreciação e amortização	380	390	372	330
Amortização de financiamentos condicionais	410	311	410	311
Resultado com alienação / Valor residual de bens baixados do Ativo Permanente	(45)	1	(44)	(6)
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros sobre financiamentos e operações de mútuo e outras operações	(183)	(133)	(208)	(169)
Despesa atuarial com plano de pensão e saúde	329	240	329	231
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(75)	28	(75)	22
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	87	17	86	15
Outros ajustes	75	50	61	56
Aumento / Redução de ativos e passivos				
(Aumento) do contas a receber	(670)	(1.659)	(662)	(1.696)
Redução (aumento) dos estoques	(510)	141	(510)	129
(Aumento) de outros ativos	(100)	(57)	(96)	(53)
Aumento (redução) de fornecedores	(557)	234	(549)	236
Redução (aumento) de adiantamento a fornecedores	(3)	131	(4)	131
Aumento (redução) de impostos, taxas e contribuições	(265)	306	(262)	316
Aumento dos planos de pensão e de saúde	(89)	(85)	(89)	(82)
Aumento (redução) de outros passivos	(7)	42	(13)	33
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	910	1.844	890	1.652
Atividades de investimentos				
Investimentos em gás e energia *	(41)	(45)	(41)	(45)
Investimentos em distribuição *	(883)	(1.165)	(701)	(776)
Outros investimentos	13	(26)	–	(24)
Investimentos em títulos e valores mobiliários	270	–	270	–
Dividendos recebidos	–	3	1	76
Efeito de perda de controle de controlada	–	(23)	–	–
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimentos	(641)	(1.256)	(471)	(769)
Atividades de financiamentos				
Financiamentos e operações de mútuo, líquidos				
Captações	229	617	185	116
Amortizações de principal	(41)	(314)	(17)	(187)
Amortizações de juros	(6)	(39)	–	(17)
Cessões de direitos creditórios - FIDC-NP	16	(8)	–	–
Dividendos pagos a acionistas	(555)	(556)	(555)	(556)
Outras operações de financiamentos	(37)	(35)	(24)	(36)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamentos	(394)	(335)	(411)	(680)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(125)	253	8	203
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.056	803	659	456
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	931	1.056	667	659

* Investimentos em imobilizado, intangível e participações societárias

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

continua

continuação



Ministério de
Minas e Energia



Petrobras Distribuidora S.A.
CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 — Empresa do Sistema Petrobras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhões de reais)

		Consolidado								Controladora
			Reserva de capital	Reservas de lucros						
		Capital social				Dividendo	Lucros	Ajuste de	Total do	Total do
		subscrito e	Incentivos		Retenção	Adicional	(prejuízos)	avaliação	patrimônio	patrimônio
	Nota	integralizado	Fiscais	Legal	Estatutária	de lucros	Proposto	acumulados	patrimonial	líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2012, conforme divulgado		5.153	54	549	194	3.878	239	–	27	10.094
Efeito da adoção inicial do CPC 33 (R1)	2.3	–	–	–	–	–	–	(6)	(484)	(490)
Em 1º de janeiro de 2012 (Reapresentado)		5.153	54	549	194	3.878	239	(6)	(457)	9.604
Ganhos não realizados em instrumentos financeiros disponíveis para venda	19.5	–	–	–	–	–	–	–	33	33
Ganhos e perdas atuariais - Pensão e saúde	19.5	–	–	–	–	–	–	–	(283)	(283)
Redução de capital social		(971)	–	–	–	–	–	–	–	(971)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	1.891	–	1.891
Destinações:										
Apropriações em reservas	19.4	–	–	95	16	1.233	–	(1.344)	–	–
Dividendos	19.4	–	–	–	–	–	(239)	(449)	–	(688)
Dividendo adicional proposto	19.4	–	–	–	–	–	92	(92)	–	–
				644	210	5.111	92			
Em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)		4.182	54		6.057			–	(707)	9.586
Ganhos não realizados em instrumentos										
financeiros disponíveis para venda	19.5	–	–	–	–	–	–	–	(60)	(60)
Ganhos / perdas atuariais não realizados	19.5	–	–	–	–	–	–	–	890	890
Aumento de capital social	19.1	1.809	(54)	–	–	(1.735)	–	–	–	20
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	2.132	–	2.132
Destinações:										
Apropriações em reservas	19.4	–	–	107	30	1.420	–	(1.557)	–	–
Dividendos	19.4	–	–	–	–	–	(92)	(115)	–	(207)
Juros sobre o capital próprio	19.4	–	–	–	–	–	–	(460)	–	(460)
				751	240	4.796	–			
Em 31 de dezembro de 2013		5.991	–		5.787			–	123	11.901

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhões de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Receitas				
Vendas de produtos e serviços e outras receitas	106.197	98.345	105.740	95.044
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(87)	(17)	(86)	(15)
Receitas relativas à construção de ativos para uso	716	844	443	525
	106.826	99.172	106.097	95.554
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais consumidos	57	101	–	–
Custo das mercadorias para revenda	79.827	72.362	79.609	70.448
Energia, serviços de terceiros e outros	2.908	3.666	2.680	3.083
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos	3.965	4.105	3.966	3.817
	86.757	80.234	86.255	77.348
Valor adicionado bruto	20.069	18.938	19.842	18.206
Retenções				
Depreciação e amortização	380	390	372	330
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	19.689	18.548	19.470	17.876
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações em investimentos	(1)	4	(12)	43
Receitas financeiras - inclui variações monetária e cambial	572	527	565	511
Aluguéis e royalties	231	197	231	197
	802	728	784	751
Valor adicionado a distribuir	20.491	19.276	20.254	18.627

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhões de reais)

	Consolidado				Controladora			
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Distribuição do valor adicionado								
Pessoal e administradores								
Remuneração Direta								
Salários	822	4,0%	841	4,4%	803	4,0%	656	3,5%
Participações nos lucros ou resultados	65	0,3%	75	0,4%	65	0,3%	64	0,3%
Benefícios								
Vantagens	81	0,4%	111	0,6%	79	0,4%	74	0,4%
Plano de aposentadoria e pensão	232	1,1%	127	0,6%	231	1,1%	123	0,7%
Plano de saúde	161	0,8%	250	1,3%	159	0,8%	228	1,2%
FGTS	60	0,3%	65	0,3%	57	0,3%	51	0,3%
	1.421	6,9%	1.469	7,6%	1.394	6,9%	1.196	6,4%
Tributos								
Federais	1.409	6,9%	1.691	8,8%	1.362	6,7%	1.599	8,6%
Estaduais	14.843	72,4%	13.579	70,4%	14.785	73,0%	13.417	72,0%
Municipais	18	0,1%	20	0,1%	18	0,1%	17	0,1%
	16.270	79,4%	15.290	79,3%	16.165	79,8%	15.033	80,7%
Instituições financeiras e fornecedores								
Juros, variações cambiais e monetárias	358	1,8%	307	1,6%	255	1,3%	224	1,2%
Despesas de aluguéis	310	1,5%	319	1,7%	308	1,5%	283	1,5%
	668	3,3%	626	3,3%	563	2,8%	507	2,7%
Acionistas								
Juros sobre o capital próprio	460	2,2%	–	–	460	2,2%	–	–
Dividendos	115	0,6%	449	2,3%	115	0,6%	449	2,4%
Lucros retidos	1.557	7,6%	1.442	7,5%	1.557	7,7%	1.442	7,8%
	2.132	10,4%	1.891	9,8%	2.132	10,5%	1.891	10,2%
Valor adicionado distribuído	20.491	100,0%	19.276	100,0%	20.254	100,0%	18.627	100,0%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

continua

continuação



Ministério de
Minas e Energia



Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 — Empresa do Sistema Petrobras

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis (Consolidadas e da Controladora) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhões de reais, exceto quando especificamente mencionado)

1 Contexto operacional

A Petrobras Distribuidora S.A. (Companhia), que utiliza a abreviatura BR, é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil constituída em 12 de novembro de 1971, subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, que tem por objeto, observados os preceitos legais, a distribuição, o transporte, o comércio, o beneficiamento e a industrialização de derivados de petróleo e de outros combustíveis, a exploração de lojas de conveniência em postos de serviços, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, de produtos químicos e de asfaltos, a prestação de serviços correlatos e a importação e a exportação relacionadas com os produtos e atividades citados. A sede social da Companhia está localizada no Rio de Janeiro – RJ.

2 Base de apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações contábeis consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC).

As demonstrações contábeis individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e por normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Desta forma, as demonstrações contábeis individuais da Companhia não apresentam diferenças em relação às consolidadas em IFRS.

As demonstrações do valor adicionado – DVA foram preparadas de acordo com o CPC 09, aprovado pela Deliberação CVM 557/08 e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros disponíveis para venda, ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme apresentado na nota explicativa de políticas contábeis.

Alguns valores relativos aos períodos anteriores foram reclassificados para melhor comparabilidade com o período atual. Essas reclassificações não afetaram o resultado da Companhia.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2014, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

2.3 Novas normas e interpretações

Durante o exercício de 2013, as seguintes normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, mas não impactaram materialmente, as demonstrações contábeis da Companhia:

	31.12.2012				01.01.2012			
	Divulgado (*)	Reclassificações	Efeito da revisão do CPC 33 – R1	Reapresentado	Divulgado	Reclassificações	Efeito da revisão do CPC 33 – R1	Reapresentado
ATIVO								
Circulante	8.187	(17)	–	8.170	9.236	(15)	–	9.221
Realizável a longo prazo	4.712	(215)	287	4.784	2.572	(164)	150	2.558
Investimentos	69	–	–	69	84	–	–	84
Imobilizado	4.824	–	–	4.824	4.714	–	–	4.714
Intangível	441	–	–	441	531	–	–	531
	18.233	(232)	287	18.288	17.137	(179)	150	17.108
PASSIVO								
Circulante	5.257	(17)	–	5.240	4.973	(15)	–	4.958
Não Circulante	2.617	(215)	1.060	3.462	2.070	(164)	640	2.546
Patrimônio líquido total	10.359	–	(773)	9.586	10.094	–	(490)	9.604
	18.233	(232)	287	18.288	17.137	(179)	150	17.108

(*) Divulgado nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

A adoção das demais novas normas não causou alterações significativas nas demonstrações contábeis da Companhia.

As normas emitidas pelo IASB em 2013 que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2013 são as seguintes:

Normas	Exigências-chave	Data de vigência
IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros” e emenda	O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação do IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de <i>hedge</i> continua aplicável. IFRS 9 inclui novos requisitos relacionados à contabilidade de <i>hedge</i> .	O IASB decidiu adiar a data de vigência do IFRS 9. A data de vigência está em aberto aguardando a finalização dos aspectos de mensuração, impairment e classificação.
IFRIC 21, “Levies”	IFRIC 21 é uma interpretação do IAS 37, “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”. O IFRIC 21 aborda quando uma entidade deve reconhecer um tributo a pagar para o governo (exceto imposto de renda). Esta interpretação esclarece que o fato gerador da obrigação que dá origem à obrigação de pagar o tributo é a atividade descrita na legislação pertinente que desencadeia o pagamento do tributo.	1º de janeiro de 2014
Emenda ao IAS 36 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos” (<i>Impairment of assets</i>)	Esta emenda trata da divulgação de informações sobre o valor recuperável dos ativos depreciados. A emenda esclarece que o escopo dessas divulgações é limitado ao valor recuperável dos ativos depreciados, que são mensurados com base no valor justo menos os custos de alienação. As alterações devem ser aplicadas retroativamente.	1º de janeiro de 2014

3 Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem informações da Companhia e das suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia possui: i) poder sobre a investida; ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia.

– Emenda ao IAS 1 – “Apresentação de Itens dos Outros Resultados Abrangentes” (*Presentation of Items of Other Comprehensive Income*). Agrupam em Outros Resultados Abrangentes os itens que poderão ser reclassificados para lucros ou prejuízos na demonstração de resultado do exercício.

– IFRS 10 “Demonstrações Financeiras Consolidadas” (*Consolidated Financial Statements*). Define os princípios e os requerimentos para a preparação e a apresentação das demonstrações contábeis consolidadas, quando uma entidade controla uma ou mais entidades. Estabelece o conceito de controle como base para a consolidação e como aplicá-lo para identificar se uma empresa investida deve ser considerada controlada e, portanto, consolidada.

– IFRS 11 “Acordos Conjuntos” (*Joint Arrangements*). Estabelece os princípios para divulgação de demonstrações contábeis de entidades que sejam partes de acordos conjuntos. Há dois tipos de acordos conjuntos: operações conjuntas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). Operações conjuntas são aquelas em que as partes em conjunto têm direitos sobre os ativos e obrigações relacionadas a esse acordo e, portanto, contabilizam sua parcela dos ativos, passivos, receitas e despesas. *Joint ventures* existem quando as partes possuem em conjunto direitos sobre os ativos líquidos do acordo e, portanto, contabilizam sua participação pelo método de equivalência patrimonial. A consolidação proporcional de *joint ventures* não é mais permitida.

– IFRS 12 “Divulgações sobre Participações em Outras Entidades” (*Disclosure of Interests in Other Entities*). Consolida todos os requerimentos de divulgação que uma entidade deve utilizar quando participa em uma ou mais entidades, incluindo controladas, negócios em conjunto, coligadas e entidades estruturadas não consolidadas.

– IFRS 13 “Mensuração do Valor Justo” (*Fair Value Measurement*). Define valor justo de forma mais precisa, introduz explicações adicionais sobre seu processo de mensuração e determina o que deve ser divulgado. As exigências não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo, quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas.

– Emenda ao IFRS 7 “Divulgações – Compensando Ativos e Passivos Financeiros” (*Disclosures – Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities*). Estabelece requerimentos de divulgação de acordos de compensação de ativos e passivos financeiros.

– IAS 27 (revisado em 2011) “Demonstrações Financeiras separadas”. Inclui outras considerações sobre demonstrações financeiras separadas, além das disposições sobre controle do IAS 27 incluídas no novo IFRS 10.

– IAS 28 (revisado em 2011) “Coligadas e Controladas em conjunto” (*Joint Ventures*). Estabelece requerimentos para controladas em conjunto e coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial a partir da emissão do IFRS 11.

Dentre os novos requerimentos normativos está contemplada a revisão do IAS 19 – Benefícios a Empregados (CPC 33 – R1), que eliminou a possibilidade do diferimento das perdas atuariais dos planos de pensão e saúde (método corredor) e requer o cálculo dos juros líquidos, com base na aplicação da taxa de desconto sobre o saldo dos passivos líquidos de ativos do plano.

Em decorrência desta alteração a Companhia reconheceu em suas demonstrações contábeis consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 um aumento do passivo atuarial líquido em R\$1.060 (R\$640 em 1º de janeiro de 2012), tendo como contrapartida um aumento do ativo fiscal diferido em R\$287 (R\$150 em 1º de janeiro de 2012) e uma redução de R\$ 773 (R\$490 em 1º de janeiro de 2012) no seu patrimônio líquido, conforme demonstração a seguir:

	Participação no capital - %			
	2013		2012	
	Subscrito e integralizado	Votante	Subscrito e integralizado	Votante
Subsidiárias e controladas				
Fundo de Investimento Imobiliário FCM (FII)	99,01	99,01	99,01	99,01
Stratura Asfaltos S.A.– Stratura	100,00	100,00	100,00	100,00
Operações em conjunto				
Brasil Carbonos S.A.	49,00	49,00	49,00	49,00
CDGN - Cia. Distribuidora de Gás Natural	49,00	49,00	49,00	49,00
Brasil Supply	6,68	6,68	10,00	10,00

4 Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas.

4.1 Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia, assim como a de suas investidas, é o real.

4.2 Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

Embora a Administração utilize premissas e julgamentos que são revisados periodicamente e baseiam-se na experiência histórica e outros fatores considerados relevantes, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

4.3 Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, que são prontamente conversíveis em caixa, com vencimento em até três meses da data de aquisição.

4.4 Títulos e valores mobiliários

A Companhia classifica os títulos e valores mobiliários de acordo com a finalidade determinada pela Administração para a qual foram adquiridos e estabelece a classificação no reconhecimento inicial para estes ativos financeiros. São classificados no ativo circulante, exceto aqueles com vencimento superior a 12 meses e que a administração pretende e tem condições financeiras de manter até o vencimento. São inicialmente mensurados ao valor justo e são classificados como mantidos até o vencimento, mensurados subsequentemente pelo custo amortizado.

4.5 Contas a receber

São contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva, sendo deduzidas pelas perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa. Quando o recebimento é esperado para até um ano após a venda ou a prestação do serviço, as contas a receber são classificadas como ativo circulante. Para expectativas de recebimento superiores a um ano, as contas a receber são classificadas como ativo não circulante.

continua

continuação



Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 — Empresa do Sistema Petrobras

A Companhia possui expectativa de recebimento dos créditos vencidos sem constituição de perda em função de ações da política de cobrança que são desenvolvidas e também pelas garantias reais apresentadas pelos clientes.

4.6 Instrumentos financeiros não derivativos

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo menos os custos de transações incorridos. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa de juros efetiva.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há alguma indicação de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia tem os instrumentos financeiros não derivativos classificados da seguinte forma: investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros mantidos para negociação e empréstimos e recebíveis. A classificação depende do propósito para o qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros da Companhia no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os ativos mantidos até o vencimento são aqueles para os quais a Companhia tem a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento. São mensurados pelo custo de aquisição e, após seu reconhecimento inicial, são acrescidos por juros e atualização monetária, deduzidas as eventuais reduções em valores recuperáveis.

Ativos financeiros mantidos para negociação

Ativos financeiros mantidos para negociação são mensurados ao valor justo no seu reconhecimento inicial e subsequente. Os juros e atualização monetária e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registrados no resultado quando incorridos.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos disponíveis para venda são mensurados ao valor justo. Os juros e atualização monetária são registrados no resultado, quando incorridos, enquanto que as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registradas em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido. Quando um título é liquidado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício.

Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo e incluem as contas a receber e os saldos de caixa e equivalentes de caixa. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa de juros efetiva, decrescidos das perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa.

4.7 Instrumentos financeiros derivativos e operações de hedge

A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteção patrimonial, com o objetivo de reduzir o risco de ocorrência de variações desfavoráveis decorrentes de oscilações na cotação de moedas estrangeiras. Tais instrumentos são reconhecidos e mensurados por valor justo e os ganhos ou perdas são reconhecidos como receita ou despesa financeira, e apresentados nas demonstrações contábeis da Companhia, tanto no ativo quanto no passivo, ao valor justo.

Não foram identificados contratos com características que indiquem a existência de derivativos embutidos.

4.8 Estoques

Os estoques estão demonstrados da seguinte forma:

· As matérias-primas, derivados de petróleo e biocombustíveis estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável líquido;

· Os materiais e suprimentos representam insumos de produção e materiais de operação e consumo que serão utilizados nas atividades da Companhia, exceto matérias-primas, e estão demonstrados ao custo médio de compra, que não excede ao de reposição.

Os biocombustíveis compreendem, principalmente, os saldos de estoques de etanol e biodiesel.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e das despesas de vendas.

São incluídos os gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação, como matérias-primas e mão-de-obra direta, e outros custos diretos e indiretos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes, baseados na capacidade operacional normal.

4.9 Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes, com expectativa de terem seus valores recuperados primariamente através de transação de venda em vez do uso contínuo, são classificados como ativos mantidos para venda. Essa condição é cumprida apenas quando a venda for altamente provável, quando já houver aprovação pela Administração da Companhia e o grupo de ativos estiver disponível para venda na sua condição atual. Estes ativos são medidos pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. Intangíveis e imobilizados, quando classificados como mantidos para venda, não são amortizados ou depreciados.

4.10 Investimentos societários

A Companhia possui investimentos em controladas, negócios em conjunto e coligadas.

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

Em um negócio em conjunto duas ou mais partes têm o controle conjunto, podendo ser uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

Enquanto em uma operação em conjunto as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio.

Os resultados e os ativos e passivos das coligadas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações individuais e consolidadas.

A companhia reconhece a totalidade dos seus ativos, passivos e as respectivas receitas e despesas nas operações controladas em conjunto nas demonstrações consolidadas.

Os critérios de reconhecimento de negócios em conjunto são mantidos quando ocorrem alterações de percentuais de participação, desde que permaneçam as características iniciais da operação.

Nas demonstrações individuais os investimentos em controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial. A Companhia controla a investida quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Os resultados decorrentes de transações ascendentes e descendentes entre as controladas e a coligada ou os empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidos nas demonstrações individuais somente na extensão da participação de outros investidores sobre essa coligada ou empreendimento controlado em conjunto.

Os resultados decorrentes de transações descendentes entre a Companhia e as controladas não são reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais da Companhia enquanto os ativos transacionados permanecerem no balanço da adquirente pertencente ao mesmo grupo econômico.

Os resultados decorrentes de transações ascendentes entre as controladas e a Companhia e de transações entre as controladas do mesmo grupo econômico são reconhecidos nas demonstrações contábeis da vendedora, mas não são reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais da Companhia enquanto os ativos transacionados estiverem no balanço de adquirente pertencente ao mesmo grupo econômico.

4.11 Imobilizado

Os ativos estão demonstrados pelo custo de aquisição ou custo de construção e são depreciados pelo método linear, com base em taxas determinadas em função da vida útil estimada dos bens, informadas na nota 11.3. Os terrenos não são depreciados.

O custo de aquisição inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais, de mão-de-obra direta, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida.

Os gastos subsequentes são incluídos no saldo do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, se adequado, somente quando é provável que benefícios econômicos associados ao item fluirão para a entidade e que o custo de cada item pode ser mensurado confiavelmente.

Os gastos com reparo e manutenções são reconhecidos no resultado no exercício em que incorrem.

O saldo contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável, se superior ao valor recuperável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revistos desde que haja indícios de alteração nas taxas praticadas e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente, como mudança de estimativas contábeis.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, quando diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos.

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos, benefícios e controle dos bens são classificados como arredamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do contrato de arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é mensurado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Ativos arrendados são amortizados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis.

O imobilizado da Companhia inclui postos de combustíveis próprios, bases, tanques, bombas, unidades de abastecimento, caldeiras, escritórios, fábricas e projetos de expansão.

4.12 Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), se houver. A Companhia apresenta em seu ativo intangível os gastos com direitos e concessões, bônus de fidelização de clientes, ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) e *softwares*, deduzidos da amortização acumulada, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação.

A vida útil de um ativo intangível de concessão de serviço é o período durante o qual a Companhia tem a capacidade de cobrar o público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

Os bônus de fidelização de clientes são registrados no intangível da Companhia quando são assinados contratos de exclusividade com clientes em que o fornecimento de produtos está assegurado por período superior a um ano. A realização desses intangíveis ocorre pelo prazo do contrato.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os custos de desenvolvimento diretamente atribuídos são reconhecidos como intangível quando: é tecnicamente viável concluir o *software*; a entidade pretende concluir o *software* e utilizá-lo ou vendê-lo; há condições de usar ou vender o *software*; estiver demonstrada sua capacidade de gerar benefícios futuros econômicos; condições técnicas, financeiras e outros recursos para terminar o desenvolvimento do *software* e utilizá-lo ou vendê-lo estão disponíveis e; quando os gastos atribuíveis aos *softwares* são mensuráveis. O ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) resultante da aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis, conforme nota 12. O valor apurado na mensuração inicial é deduzido das perdas por redução ao valor recuperável, se aplicáveis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável.

4.13 Redução ao valor recuperável de ativos - “Impairment” Imobilizado e Intangível

A Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos que tem uma vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) tem a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso.

O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa, decorrentes do uso contínuo dos ativos relacionados, são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto. Esta taxa deriva da taxa pós-imposto estruturada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC). As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado, curvas de produção associadas aos projetos existentes no portfólio da Companhia, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para a realização dos projetos. Essas avaliações são efetuadas ao menor nível de ativos para os quais existam fluxo de caixa identificáveis. Para esse ágio é feito teste anual de recuperabilidade, com base em premissas relacionadas ao plano estratégico e estimativas de fluxos de caixa futuros da Companhia, projetados para os anos de 2014 a 2030, sendo este último perpetuado, considerando uma taxa de desconto real de 4,6% (6,1% em 2012). A taxa de crescimento média dos fluxos de caixa é de 4,07%.

Com base nas análises da Administração, efetuadas no último trimestre de 2013, não foram identificados ajustes para redução dos saldos dos ativos ao valor recuperável.

4.14 Arrendamentos mercantis

As obrigações de contratos de arrendamentos com transferência substancial de benefícios, riscos e controle dos bens são reconhecidas no passivo como arrendamentos mercantis financeiros. Quando não há uma certeza razoável que a Companhia irá obter a propriedade do bem ao final do contrato, os ativos arrendados são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil estimada do ativo e o prazo do contrato.

Para os arrendamentos mercantis financeiros em que a Companhia é a locatária, os ativos da operação são reconhecidos pelo valor justo do item arrendado, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, ambos determinados no início do arrendamento. Quando a Companhia é arrendadora um contas a receber é constituído por valor igual ao investimento líquido no arrendamento mercantil.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade permanece com o arrendador são classificados como operacionais e os pagamentos são reconhecidos como despesa no resultado durante o prazo do contrato.

4.15 Imposto de renda e contribuição social

Esses tributos são calculados e registrados com base nas alíquotas de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social sobre o lucro tributável.

Os impostos e contribuições sociais diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável. Os reconhecimentos no ativo são realizados na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Conforme demonstrado na nota 2.4, a companhia passou a apresentar o imposto de renda e contribuição social diferidos em base líquida no ativo ou no passivo, considerando os saldos de cada uma das empresas consolidadas.

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adotou o Regime Tributário de Transição - RTT, conforme previsto na Lei 11.941/09, ou seja, na determinação do lucro tributável considerou os critérios contábeis da Lei 6.404/76, antes das alterações da Lei 11.638/07. Os impostos sobre diferenças temporárias, geradas pela adoção da nova lei societária, foram registrados como impostos e contribuições diferidos ativos e passivos.

continua

continuação



Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 — Empresa do Sistema Petrobras

4.16 Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, porém são divulgados em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos seja possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

4.17 Financiamentos

São reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos de transação incorridos e, após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa de juros efetiva. São classificados no passivo não circulante exceto aqueles com vencimento inferior a 12 meses.

Diferenças entre o montante de recursos recebidos (líquido dos custos de transação) e o valor do financiamento captado são apropriadas como despesa financeira à medida do tempo transcorrido, utilizando-se a taxa efetiva de juros.

Os custos de empréstimos, diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos qualificados, são adicionados ao custo desses ativos até o momento em que esses ativos estejam prontos para o uso ou a venda pretendidos. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos.

As receitas financeiras, decorrentes do investimento temporário dos recursos captados ainda não utilizados na aquisição ou construção dos ativos qualificados, são deduzidas dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização.

Todos os outros custos de empréstimo são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

4.18 Fornecedores

Os saldos de contas a pagar são contabilizados inicialmente pelo valor justo dos produtos ou serviços adquiridos no curso normal do negócio e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva.

Quando o pagamento é devido para até um ano após a aquisição de produtos ou serviços, as contas a pagar são classificadas como passivo circulante.

4.19 Benefícios concedidos a empregados

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria definidos e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido líquido (ativo) são reconhecidas quando incorridos da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício, e ii) remensurações, em outros resultados abrangentes que não são reclassificados para o resultado do exercício em períodos futuros.

O custo do serviço compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (*settlement*).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido resultante da passagem do tempo.

Remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido compreendem: i) ganhos e perdas atuariais; ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido; e iii) qualquer mudança no efeito do teto de ativo (*asset ceiling*), excluindo valores incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

As premissas atuariais incluem: estimativas biométricas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

A Companhia também contribui para os planos de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado.

4.20 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os outros ativos circulantes e não circulantes da Companhia estão representados por despesas antecipadas, adiantamentos a fornecedores e outros créditos.

Outros passivos circulantes e não circulantes são reconhecidos quando uma saída de recursos seja exigida em liquidação de uma obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará possa ser determinado em bases confiáveis. Os outros passivos da Companhia estão representados por salários, encargos trabalhistas, receita diferida e outras contas a pagar.

4.21 Capital social e remuneração ao acionista

O capital social está representado por ações ordinárias classificadas no patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios atendem aos limites definidos no estatuto social da Companhia e são reconhecidos como passivo.

A remuneração aos acionistas é efetuada sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos no estatuto da Companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

4.22 Reconhecimento de receitas, custos e despesas

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência e incluem: os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes, incluindo, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, bem como as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa constituída em limite considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber.

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita é reconhecida quando o valor puder ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das informações contábeis.

As receitas e despesas financeiras incluem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras e títulos públicos, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação ao valor justo, de acordo com a classificação do título, além das variações cambiais e monetárias líquidas. As despesas financeiras excluem os custos com empréstimos atribuíveis às construções dos bens que necessitam de um período substancial de tempo para estar pronto para uso, que são capitalizados como parte do custo do ativo.

4.23 Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente de entidade:

(a) que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da mesma entidade);

(b) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e

(c) para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Os segmentos operacionais da Companhia são representados pelas atividades de distribuição e gás e energia.

O segmento de distribuição representa cerca de 99% da receita líquida do Consolidado e 100% dos ativos imobilizados. O segmento de gás e energia é considerado não divulgável, portanto, a Companhia não apresenta informações por segmento.

Ministério de Minas e Energia



5 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Caixa e bancos	671	662	667	659
Aplicações financeiras:				
Fundos de investimento:				
Fundo em direitos creditórios - FIDC-NP	9	5	—	—
Fundos DI	239	389	—	—
Outros	12	—	—	—
Total das aplicações financeiras	260	394	—	—
Total de caixa e equivalentes de caixa	931	1.056	667	659

Os saldos das aplicações financeiras estão atualizados pelos rendimentos auferidos, pela variação do CDI, reconhecidos proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados ("FIDC-NP") do Sistema Petrobras é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios "performados" e/ou "não performados" de operações realizadas por subsidiárias e controladas do Sistema Petrobras.

6 Títulos e valores mobiliários

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Disponível para venda – Ativo Circulante	—	298	—	298
NTN-B	—	298	—	298
Mantidos até o vencimento – Ativo não circulante	22	22	22	22
Cotas de fundo de investimento	18	19	18	19
NTN-P	4	3	4	3
Total	22	320	22	320

Notas do Tesouro Nacional - NTN-B

Em 2013 as Notas do Tesouro Nacional – Série B foram alienadas no mercado. A Companhia auferiu ganho financeiro de R\$79 na operação.

Cotas FIDC – FCM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços

A Companhia mantém recursos de R\$18 investidos no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços – FCM, constituído sob a forma de condomínio fechado, com recursos destinados à aquisição de direitos creditórios de operações de aquisições de bens e serviços realizadas junto aos fornecedores da Companhia.

7 Contas a receber

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Clientes				
Terceiros	4.071	5.041	3.974	4.948
Cessão de direitos creditórios - FIDC-NP (nota 16.4)	(2.650)	(2.536)	(2.650)	(2.536)
Financiamentos a receber (nota 7.1)	2.215	1.828	2.215	1.828
Partes relacionadas (nota 16)	4.050	3.173	4.046	3.174
Setor Elétrico (nota 16.2)	3.672	2.547	3.672	2.547
Outras empresas partes relacionadas	378	626	374	627
Cobranças judiciais	1.285	1.194	1.285	1.193
Precatórios	33	31	33	31
Total das contas a receber	9.004	8.731	8.903	8.638
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(1.291)	(1.204)	(1.280)	(1.194)
Contas a receber - líquidas	7.713	7.527	7.623	7.444
Contas a receber (circulante), líquidas	2.714	4.078	2.658	4.020
Contas a receber (não circulante), líquidas	4.999	3.449	4.965	3.424

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Mutação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	2013	2012	2013	2012
Saldo em 1º de janeiro	(1.204)	(1.196)	(1.194)	(1.179)
Adições	(151)	(117)	(150)	(115)
Baixas	64	100	64	100
Transferência da Liquigás para a Petrobras	—	9	—	—
Saldo em 31 de dezembro (circulante)	(1.291)	(1.204)	(1.280)	(1.194)

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa do exercício, no montante de R\$87 (R\$86 na controladora), foram reconhecidas nas despesas de vendas.

7.1 Financiamentos a receber

7.1.1 Ressarcíveis

Os financiamentos ressarcíveis a receber (controladora), no montante de R\$ 1.055 (R\$ 998 em 2012), referem-se a financiamentos em espécie e em produtos concedidos a clientes, com garantias reais, avais ou fianças, com o objetivo principal de implantação ou modernização de postos de serviços, bem como o parcelamento de débitos vencidos.

Os encargos financeiros - correspondentes, principalmente, à variação do IGPM ou Taxa Referencial, acrescidos de juros de 1% ao mês - e os prazos de amortização são estabelecidos com base em análises econômico-financeiras de cada negociação e pactuados em contratos.

7.1.2 Condicionais

Os financiamentos condicionais, no montante de R\$ 1.160 (R\$ 830 em 2012), correspondem à parcela das operações de empréstimos em espécie e em produtos realizada sob condições estabelecidas nos instrumentos contratuais que, uma vez cumpridas pelos clientes, tornam-se inexigíveis, sendo absorvidas pela Companhia.

A Companhia reconhece em seu resultado as parcelas absorvíveis proporcionalmente aos prazos de vigência dos contratos, tendo sido registrado em despesas de vendas o montante de R\$410 (R\$ 311 em 2012) no consolidado e na controladora.

7.2 Contas a receber vencidos – Terceiros

Em 31 dezembro de 2013 as contas a receber de clientes terceiros vencidas totalizam R\$1.979 (R\$1.930 na controladora) das quais R\$ 1.291 (R\$ 1.280 na controladora) encontram-se provisionadas para perdas no valor recuperável.

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Até 3 meses	325	218	318	207
De 3 a 6 meses	74	118	69	109
De 6 a 12 meses	185	100	181	95
Acima de 12 meses	1.395	1.339	1.362	1.316
Total	1.979	1.775	1.930	1.727

8 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Produtos para venda				
Derivados de petróleo	1.924	1.461	1.924	1.461
Biocombustíveis	237	245	237	245
	2.161	1.706	2.161	1.706
Outros produtos	195	140	187	132
Total	2.356	1.846	2.348	1.838

Parte dos estoques da Companhia serve como garantia em ações judiciais nas quais a Companhia figura como ré. O total de estoques dados em garantia em 31 de dezembro de 2013 é de R\$316 (R\$ 253 em 2012).

Nenhuma redução ao valor realizável líquido dos estoques foi reconhecida em 2013 e 2012.

Os estoques de derivados de petróleo, biocombustíveis, materiais e suprimentos para manutenção reconhecidos no resultado e incluídos no custo das vendas totalizaram R\$78.851 (R\$ 70.392 em 2012).

continua

continuação



Ministério de
Minas e Energia



Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 — Empresa do Sistema Petrobras

9 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados e atualizados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Cíveis	61	70	61	70
Trabalhistas	86	81	86	81
Fiscais	579	473	561	457
Ambientais	8	1	8	—
Totais	734	625	716	608

10 Investimentos

10.1 Informações contábeis resumidas sobre as controladas, operações em conjunto e coligadas

	Controladas		Negócios em conjunto						Coligada	
	Fundo de Investimento Imobiliário FCM (**)	Stratura	EBL	Brasil Carbonos	CDGN (***)	Brasil Supply (***)	Energética Camaçari Muricy II	Pecém Energia	BRF Biorefinos	
Ativo (*)										
Ativo circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	239	11	—	15	11	7	1	—	—	—
Outros ativos circulantes	38	69	2	4	12	42	—	—	—	—
Ativo realizável a longo prazo	107	89	—	5	1	176	—	—	—	—
Investimentos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Imobilizado	778	14	—	103	56	161	—	—	—	6
Intangível	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—
	1.162	185	2	127	80	386	1	—	—	6
Passivo (*)										
Passivo circulante										
Empréstimos e financiamentos	116	4	—	4	20	95	—	—	—	—
Outros passivos circulantes	52	61	—	3	16	26	—	—	—	3
Passivo não circulante										
Empréstimos e financiamentos	913	—	—	56	12	225	—	—	—	—
Outros passivos não circulantes	106	5	—	1	4	2	—	—	—	—
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	(25)	115	2	63	28	38	1	—	—	3
	1.162	185	2	127	80	386	1	—	—	6
Resultados (*)										
Receita operacional líquida	1	314	1	31	55	89	—	—	—	—
Lucro bruto	1	45	—	19	9	18	—	—	—	—
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	(8)	4	—	11	(5)	(38)	—	—	—	—
Depreciação e amortização	(1)	(1)	—	(1)	(7)	(8)	—	—	—	—
Receita de juros	10	5	—	1	—	—	—	—	—	—
Despesas de juros	(10)	(1)	—	—	(3)	(2)	—	—	—	—
Despesas (receita) de imposto de renda (corrente e diferido)	—	(2)	—	—	—	—	—	—	—	—
Capital subscrito em 31/12/2013	—	88	—	18	12	9	1	1	—	2
Milhares de ações (ordinárias/cotas)	47	88.410	1.112	36.916	14.746	128.512	524	524	—	3.920
Percentual de participação - %	99,01%	100,00%	33,00%	49,00%	49,00%	6,68%	50,00%	45,00%	—	49,00%

(*) As informações representam os totais de ativos, passivos e resultados das investidas, não estando proporcionalizados de acordo com a participação da Companhia.

(**) Cotas.

(***) Posição: 30.11.2013

As participações acionárias mantidas pela Companhia não possuem ações negociadas em bolsa.

10.2 Descrição das atividades das controladas

(a) Fundo de Investimento Imobiliário - FII

Tem por objetivo adquirir e/ou construir, por meio de uma promessa de compra e venda de imóveis, representados por terminais, bases, postos de abastecimento e fábrica de lubrificantes, de propriedade da Companhia. O Fundo de Investimento Imobiliário FCM - FII é administrado pela Rio Bravo Investimentos S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Por determinação regulatória, o FII FCM não pode conceder empréstimos ou adiantamentos a seus quotistas.

A Companhia tem a obrigação de aportar recursos na hipótese de o FII FCM não dispor para arcar com os custos e despesas relativas a qualquer pagamento ou indenização devida nos termos dos seus instrumentos constitutivos e prospectos de emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs).

(b) Stratura Asfaltos S.A.- Stratura

Tem como atividades preponderantes a fabricação e comercialização de emulsões e produtos derivados de asfalto em geral, produtos químicos, óleos lubrificantes, graxas, além da prestação de serviços administrativos e técnicos, inclusive de pavimentação e outros correlacionados.

As matérias-primas utilizadas em seu processo produtivo são adquiridas, principalmente, da Petrobras.

A Stratura está sujeita a eventuais restrições expedidas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), órgão do Ministério do Planejamento que se manifesta sobre o pleito das empresas estatais, no que se refere à política salarial, aprovação e eventuais modificações nos planos de previdência dessas empresas e seu quantitativo de empregados.

10.3 Descrição dos negócios em conjunto

(a) EBL Companhia de Eficiência Energética S.A.

Tem por objetivo a prestação de serviços de soluções de eficiência energética e locações de equipamentos e instalações em unidades de propriedade ou alugadas pela Telemar Norte Leste S.A.

(b) SEFAGEL S.A.

A Companhia, na qualidade de controladora em conjunto da SEFAGEL S. A., mediante a Assembleia Geral Extraordinária de 5 de agosto de 2013, deu conhecimento aos acionistas sobre a transferência da totalidade das suas ações, representativas de 49% do capital social da SEFAGEL S.A., para sua sócia Lorenge Construtora e Incorporadora Ltda. A operação societária foi aprovada, sem restrições, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 12/06/2013.

(c) Energética Camaçari Muricy II S.A.

Tem por objetivo específico construir, instalar, implantar, operar, explorar e manter a Usina Termelétrica Muricy II na cidade de Camaçari, com capacidade instalada de 140MW, além de comercializar a energia elétrica gerada pela usina. A Energética Camaçari Muricy II S.A. encontra-se em fase pré-operacional.

(d) Pecém Energia S.A.

Tem por objetivo específico construir, instalar, implantar, operar, explorar e manter a Usina Termelétrica Pecém II, na cidade de Pecém, com capacidade instalada de 140MW, além de comercializar a energia elétrica gerada pela usina. A Pecém Energia S.A. encontra-se em fase pré-operacional.

(e) Brasil Carbonos S.A.

Tem como atividade principal a construção e/ou operação de plantas de armazenagem e beneficiamento de coque verde de petróleo, podendo industrializar, misturar e beneficiar, de todas e quaisquer formas, produtos carbonosos e combustíveis sólidos, de origem nacional ou importada.

A participação na Brasil Carbonos permite à Companhia desempenhar o papel de operador logístico de coque verde de petróleo para o Sistema Petrobras. O produto industrializado, beneficiado e armazenado pela Brasil Carbonos é distribuído às refinarias pela Companhia.

Os serviços da Brasil Carbonos são prestados em sua totalidade à Companhia.

Há contrato com cláusula de *take-or-pay* para os serviços prestados na planta de Taubaté/SP. O contrato estabelece a prestação de serviços de beneficiamento para 20.120 mil toneladas ao longo de 20 anos de contrato entre a Companhia e a investida.

(f) Companhia Distribuidora de Gás Natural - CDGN

Tem como atividade principal a prestação de serviços de transporte, compressão e comercialização de gás natural comprimido e liquefeito no Brasil.

Há contrato com cláusula de *take-or-pay* para os serviços de operação da compressão e transporte de gás natural no Município de Linhares, no Estado do Espírito Santo. O contrato estabelece a aquisição do serviço nas quantidades de 25.000 m³/dia no ano de 2013 e 30.000 m³/dia ao longo de mais 3 anos de contrato entre a Companhia e a investida.

(g) Brasil Supply S.A.

As principais atividades da empresa são: apoio marítimo para prospecção de óleo e gás com embarcações próprias ou alheias, gestão e destinação de resíduos ambientais e movimentação de cargas, beneficiamento e rebeneficiamento.

A empresa venceu licitação da Petrobras para os serviços de afretamento marítimo. Os contratos têm duração de 8 anos, iniciados em 2011, e com possibilidade de renovação por igual período. O somatório do valor total dos contratos é de R\$ 1 bilhão.

Em 2010, a Brasil Supply firmou contrato, através de licitação, com a Petrobras para a implantação de estação de industrialização de fluidos de perfuração de base sintética e de conclusão da base de salmoura. Esse contrato tem vigência de 8 (oito) anos, prorrogáveis por igual período, e seu valor estimado é de R\$353.

10.4 Investimento em coligada

(a) BRF Biorefino de Lubrificantes S.A.

Tem por objetivo construção de planta de refino, operação e comercialização de óleo lubrificante usado ou contaminado no Rio de Janeiro.

A BRF Biorefinos encontra-se em fase pré-operacional. Sua planta tem previsão de entrada em funcionamento em 2016. Se ao final do projeto básico a BRF Biorefinos não tiver obtido linhas de financiamento suficientes para dar continuidade à planta, os sócios convocarão Assembleia para deliberar sobre a forma de realização dos investimentos.

A Companhia se compromete e assume integral responsabilidade pela compra de 100% do volume total de óleo rerrefinado pela BRF Biorefinos, a preço de mercado reduzido a uma taxa de desconto a ser negociada no contrato de compra e venda de óleo rerrefinado a ser celebrado entre as partes. A totalidade do óleo lubrificante usado ou contaminado (OLUC) a ser utilizado no projeto será fornecida pela Companhia. O compromisso da Companhia tem duração de 3 (três) anos a contar do início da operação comercial do projeto.

10.5 Mutação dos investimentos em controladas, negócios em conjunto e coligada

	Controlada *	Negócio em conjunto					Coligada	2013	2012
	Stratura	EBL	Sefagel	Brasil Carbonos	CDGN	Brasil Supply	BRF Biorefinos		
No início do exercício	111	1	1	25	7	4	2	151	841
Aquisição e aporte de capital	—	—	—	—	9	3	—	12	4
Equivalência patrimonial	5	—	—	6	(2)	(4)	—	5	49
Dividendos	(1)	(1)	—	—	—	—	—	(2)	(50)
Baixa de participação	—	—	(1)	—	—	—	—	(1)	(693)
No fim do exercício	115	—	—	31	14	3	2	165	151

* O saldo da participação no FII FCM em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é zero devido ao reconhecimento dos prejuízos excedentes ao investimento nesta controlada no passivo.

continua

continuação



Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 — Empresa do Sistema Petrobras

	2013	2012
Controladas, negócios em conjunto e coligada	165	151
Outros investimentos	1	3
Mais valia de ativos	25	26
	191	180

O valor justo das participações societárias em 31 de dezembro de 2013 não foi mensurado, pois não há preço de mercado cotado para esses investimentos.

10.6 Mais valia de ativos

Na aquisição da totalidade das ações da Liquigás Distribuidora S.A., em agosto de 2004, até então denominada Agip do Brasil S.A., foi apurada mais valia de ativos de R\$393, amortizada em função da vida útil dos ativos.

Devido à cisão dos negócios de GLP para a Liquigás, o saldo de R\$43 da mais valia referente aos ativos de GLP foram desreconhecidos das demonstrações contábeis da Companhia em novembro de 2012.

Na aquisição de participação na Brasil Carbonos S.A., em dezembro de 2010, foi apurada mais valia de ativos de R\$28, que é amortizada em função da vida útil dos ativos.

Em 2012, na controladora e no consolidado, o saldo da mais valia de ativos da Brasil Carbonos de R\$26 estava contabilizado em investimentos. Em 2013, com a consolidação da participação acionária nesta investida, a mais valia de R\$25 compõe o saldo do imobilizado, no consolidado.

Movimentação da mais valia de ativos:

	Controladora
Saldo da mais valia em 31/12/2011	75
Amortização de mais valia - Liquigás	(5)
Amortização de mais valia - Brasil Carbonos	(1)
Baixa da participação na Liquigás	(43)
Saldo da mais valia em 31/12/2012	26
Amortização de mais valia - Brasil Carbonos	(1)
Saldo da mais valia em 31/12/2013	25

11 Imobilizado

11.1 Por área de negócio

	Consolidado			
	2013	2012		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Gás e energia	85	(6)	79	2
Distribuição	8.297	(2.827)	5.470	4.822
Total	8.382	(2.833)	5.549	4.824

	Controladora			
	2013	2012		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Gás e energia	4	(1)	3	2
Distribuição	7.429	(2.790)	4.639	4.283
Total	7.433	(2.791)	4.642	4.285

11.2 Por tipo de ativos

	Consolidado			
	Terrenos, Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e Outros Bens	Ativos em Construção	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.897	1.901	916	4.714
Adições	48	309	806	1.163
Baixas	(13)	(31)	–	(44)
Depreciações	(71)	(278)	–	(349)
Transferências	217	228	(428)	17
Juros capitalizados	–	–	70	70
Baixa do investimento na Liquigás	(121)	(597)	(29)	(747)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.957	1.532	1.335	4.824
Adições	43	247	565	855
Baixas	(4)	(4)	–	(8)
Depreciações	(86)	(247)	–	(333)
Transferências	317	236	(537)	16
Juros capitalizados	–	–	97	97
Outros	16	53	29	98
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.243	1.817	1.489	5.549
Custo	2.530	3.492	1.335	7.357
Depreciação	(573)	(1.960)	–	(2.533)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.957	1.532	1.335	4.824
Custo	2.900	3.993	1.489	8.382
Depreciação	(657)	(2.176)	–	(2.833)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.243	1.817	1.489	5.549
Tempo de vida útil estimado	10 a 47 anos (*)	5 a 30 anos		

(*) exceto Terrenos.

	Controladora			
	Terrenos, Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e Outros Bens	Ativos em Construção	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.773	1.400	647	3.820
Adições	48	248	458	754
Baixas	(9)	(7)	–	(16)
Depreciações	(68)	(224)	–	(292)
Transferências	202	107	(290)	19
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.946	1.524	815	4.285
Adições	42	242	388	672
Baixas	(4)	(4)	–	(8)
Depreciações	(84)	(242)	–	(326)
Transferências	289	223	(493)	19
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.189	1.743	710	4.642
Custo	2.515	3.469	815	6.799
Depreciação	(569)	(1.945)	–	(2.514)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.946	1.524	815	4.285
Custo	2.840	3.883	710	7.433
Depreciação	(651)	(2.140)	–	(2.791)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.189	1.743	710	4.642
Tempo de vida útil estimado	10 a 47 anos (*)	5 a 30 anos		

(*) exceto Terrenos.

O imobilizado do consolidado e da controladora inclui bens decorrentes de contratos de arrendamento mercantil financeiro, no montante de R\$168 e de R\$162, respectivamente (R\$ 172 e R\$ 166 em 31 de dezembro de 2012).

O montante de R\$31 (R\$ 22 em 2012) foi dado como garantia em processos fiscais, cíveis e trabalhistas.

As imobilizações em andamento referem-se substancialmente a: (i) construção da BASUL - Base de Cruzeiro do Sul/AC, do TEPON - Terminal de Distribuição de Combustíveis de Porto Nacional/TO e da fábrica de lubrificantes; (ii) aquisição de bombas para os postos de serviço que estão em fase de entrada em operação; (iii) benfeitorias em imóveis.

Para conclusão das obras em Cruzeiro do Sul e Porto Nacional, o Fundo de Investimento Imobiliário FCM possui compromissos já firmados com empreiteiros e outros fornecedores que montam a R\$19. Tais compromissos serão cumpridos com recursos captados através da emissão de certificados de recebíveis imobiliários, ocorrida em 2012 e com vencimento nos anos de 2025 e 2032. A estimativa de desembolsos decorrentes do resgate dos certificados de recebíveis imobiliários está incluída no fluxo nominal da nota 26.3.2.

Ministério de Minas e Energia



11.3 Por tempo de vida útil estimada

Consolidado				
Edificações e benfeitorias, equipamentos e outros bens				
Vida útil estimada	Custo	Depreciação acumulada	Saldo em 31 de dezembro de 2013	Saldo em 31 de dezembro de 2012
Em 5 anos	158	(99)	59	52
6 - 10 anos	1.556	(956)	600	623
11 - 15 anos	1.199	(612)	587	493
16 - 20 anos	195	(79)	116	58
21 - 25 anos	659	(321)	338	259
26 - 30 anos	2.283	(559)	1.724	1.417
30 anos em diante	450	(207)	243	201
	6.500	(2.833)	3.667	3.103
Edificações e benfeitorias	2.507	(657)	1.850	1.571
Equipamentos e outros bens	3.993	(2.176)	1.817	1.532

Controladora				
Edificações e benfeitorias, equipamentos e outros bens				
Vida útil estimada	Custo	Depreciação acumulada	Saldo em 31 de dezembro de 2013	Saldo em 31 de dezembro de 2012
Em 5 anos	153	(98)	55	52
6 - 10 anos	1.536	(949)	587	622
11 - 15 anos	1.173	(597)	576	492
16 - 20 anos	135	(65)	70	53
21 - 25 anos	658	(321)	337	259
26 - 30 anos	2.283	(559)	1.724	1.417
30 anos em diante	405	(202)	203	199
	6.343	(2.791)	3.552	3.094
Edificações e benfeitorias	2.460	(651)	1.809	1.570
Equipamentos e outros bens	3.883	(2.140)	1.743	1.524

11.4 Depreciação

A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 está assim apresentada:

	Consolidado (*)		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Custo dos produtos vendidos	11	5	7	6
Despesas operacionais	322	344	319	286
	333	349	326	292

(*) Inclui amortização de mais valia de ativos da controlada Liquigás em 2012 e da operação em conjunto Brasil Carbonos, conforme Nota 10.6

12 Intangível

12.1 Por área de negócio

	Consolidado			
	2013	2012		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Gás e energia	294	(49)	245	195
Distribuição	450	(196)	254	246
Total	744	(245)	499	441

	Controladora			
	2013	2012		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Gás e energia	294	(49)	245	195
Distribuição	446	(194)	252	244
Total	740	(243)	497	439

12.2 Por tipo de ativos

	Consolidado				
	Direitos e Concessões	Softwares adquiridos	Software desenvolvido internamente	Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	273	97	3	158	531
Adições	45	34	10	–	89
Amortização	(18)	(16)	(7)	–	(41)
Baixa da participação na Liquigás	(1)	(8)	–	(129)	(138)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	299	107	6	29	441
Adições	39	28	16	–	83
Amortização	(21)	(17)	(9)	–	(47)
Transferências	21	–	1	–	22
Saldo em 31 de dezembro de 2013	338	118	14	29	499
Custo	346	198	49	29	622
Amortização	(47)	(91)	(43)	–	(181)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	299	107	6	29	441
Custo	421	227	67	29	744
Amortização	(83)	(109)	(53)	–	(245)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	338	118	14	29	499
Tempo de vida útil estimado - anos	10 a 33	5	5	indefinida	

	Controladora				
	Direitos e Concessões	Softwares adquiridos	Software desenvolvido internamente	Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	271	88	3	158	520
Adições	45	32	10	–	87
Amortização	(18)	(13)	(7)	–	(38)
Transferências	(1)	–	–	–	(1)
Baixa da participação na Liquigás	–	–	–	(129)	(129)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	297	107	6	29	439
Adições	39	28	16	–	83
Amortização	(21)	(16)	(9)	–	(46)
Transferências	20	–	1	–	21
Saldo em 31 de dezembro de 2013	335	119	14	29	497
Custo	343	199	49	29	620
Depreciação	(46)	(92)	(43)	–	(181)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	297	107	6	29	439
Custo	417	227	67	29	740
Depreciação	(82)	(108)	(53)	–	(243)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	335	119	14	29	497
Tempo de vida útil estimado - anos	10 a 33	5	5	indefinida	

A amortização do exercício de R\$47 (R\$46 na controladora) foi reconhecida no custo dos produtos vendidos e serviços prestados, nas despesas de vendas e nas despesas administrativas.

12.3 Concessão para exploração e comercialização de gás natural no Estado do Espírito Santo

A Companhia é concessionária para exploração exclusiva do serviço público de distribuição de gás canalizado no Estado do Espírito Santo, mediante contrato de concessão assinado junto ao governo desse Estado, pelo prazo de 50 anos, com vencimento em 2043. O contrato é prorrogável por igual período, mediante manifestação expressa das partes.

A concessão prevê a prestação dos serviços de distribuição para os usuários dos segmentos industrial, residencial coletivo e individual, comercial, veicular, climatização, cogeração, matéria-prima e térmicas. O Governo monitora o cumprimento do contrato de concessão por meio da atuação de órgão regulador.

continua

continuação



Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 — Empresa do Sistema Petrobras

Como concessionária, a Companhia está incumbida de efetuar os investimentos necessários à prestação do serviço concedido e manter atualizado o inventário dos bens adquiridos e instalações construídas para esse fim.

Finda a concessão, o contrato estabelece indenização à Companhia das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, conforme levantamentos, avaliações e liquidações a serem realizados com o objetivo de determinar o valor da referida indenização.

Os serviços devem ser prestados a todos os usuários que os requeiram, mediante o pagamento das tarifas vigentes, conforme as disposições regulatórias vigentes, e observados os critérios econômicos, técnicos e operacionais de instalação e ampliação da rede de distribuição – que atende aos municípios de Vitória, Serra, Vila Velha, Cariacica, Anchieta, Viana, Aracruz, Itapemirim, Cachoeiro de Itapemirim e Linhares.

A remuneração da Companhia corresponde ao valor das tarifas cobradas pelo volume de gás distribuído, as quais estão sujeitas aos reajustes e revisões especificados no contrato de concessão.

O valor dos ativos, líquidos de amortização, vinculados à concessão de gás e registrados como intangível em 31 de dezembro de 2013 é de R\$245 (R\$195 em 2012). O aumento de R\$50 no saldo compreende os investimentos de R\$40 realizados ao longo do ano de 2013 e de R\$20 referentes à transferência de propriedade da Petrobras para a Companhia dos gasodutos: Lagoa Parda-Vitória (trecho a jusante da válvula 10); Serra-Viana (GASVIT); e Ramal de Interligação do GASVIT ao Ponto de Entrega de Viana-ES. A referida transferência compreendeu a reclassificação de dutos de transporte para distribuição conforme processo ANP nº 48610.013941/2009-43.

A Companhia não apura margem a ser reconhecida sobre as construções, tendo reconhecido receita e custo de construção de R\$33 no exercício de 2013.

12.4 Análise de *impairment*

Na aquisição da totalidade das ações da Liquigás Distribuidora S.A. foi apurado um ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) de R\$ 198, reconhecido em função da extensão e proporção dos resultados projetados para os negócios de distribuição de combustíveis e GLP, conforme laudo de peritos independentes. Esse ágio passou a não ser amortizado a partir do exercício de 2009, em função das novas práticas contábeis introduzidas no Brasil.

Em função da cisão dos negócios de GLP para a Liquigás, apenas o *goodwill* referente aos ativos de distribuição de combustíveis no valor de R\$ 29 permaneceu registrado como intangível na Companhia.

Para esse ágio é feito teste anual de recuperabilidade com base em premissas relacionadas ao plano estratégico e estimativas de fluxos de caixa futuros da Companhia projetados através de cálculo de perpetuidade, considerando uma taxa de desconto real de 4,6%.

A recuperabilidade dos ativos com base no critério do valor presente dos fluxos de caixa futuros depende das estimativas descritas na nota 4.13, que são influenciadas pelas condições de mercado vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada.

Os testes efetuados não indicaram a necessidade de reconhecimento de *impairment*, assim, nenhuma perda foi registrada no exercício de 2013.

13 Fornecedores

	Consolidado	Controladora
Empresas do sistema	2.000	1.978
A Vencer	951	942
Vencidos		
Até 3 meses	66	66
De 3 a 6 meses	1	1
Mais de 6 meses	1	1
Em 31 de dezembro de 2013	3.019	2.988
Em 31 de dezembro de 2012	3.518	3.483

14 Financiamentos

	Consolidado			Controladora		
	Mercado Bancário (inclui BNDES e Cédulas de Crédito Bancário)		Mercado de Capitais (CRI's)	Total	Total	
Não circulante						
No país						
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2012	101	914		1.015	101	
Adição (entrada de novos empréstimos)	199	–		199	185	
Provisionamento de juros	8	–		8	7	
Transferência de longo prazo para curto prazo	(26)	(117)		(143)	(16)	
Variações monetárias e cambiais	1	116		117	–	
Outros	43	(1)		42	–	
Saldo final em 31 de dezembro de 2013	326	912		1.238	277	
	Consolidado			Controladora		
	2013	2012		2013	2012	
Circulante						
Endividamento de curto prazo	10	–		–	–	
Parcela circulante do endividamento de longo prazo	144	17		17	17	
Juros sobre financiamento	11	–		10	–	
	165	17		27	17	

14.1 Informações sumarizadas sobre os vencimentos dos financiamentos no passivo não circulante

	2013						
	Consolidado			Controladora			
	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
Financiamentos em Reais (R\$):							
Indexados a taxas flutuantes	275	88	95	93	86	582	1.219
Indexados a taxas fixas	–	1	–	–	6	–	7
Taxa média dos Financiamentos em Reais	5,75%	4,61%	4,56%	4,57%	4,27%	4,27%	5,89%
	275	89	95	93	92	582	1.226
Financiamentos em Reais indexados ao Dólar:							
Indexados a taxas flutuantes	–	–	–	–	–	12	12
Taxa média dos Financiamentos em Reais indexados ao Dólar	–	–	–	–	–	3,74%	3,74%
	–	–	–	–	–	12	12
Financiamentos no Passivo Não Circulante							
Taxa média dos financiamentos							5,89%
Prazo médio de vencimento dos financiamentos não circulantes							10 anos
Valor justo estimado dos financiamentos de longo prazo							1.238
							277
	2012						
	Consolidado			Controladora			
	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em diante	Total
Financiamentos em Reais (R\$):							
Indexados a taxas flutuantes	25	76	81	83	85	665	1.015
Taxa média dos Financiamentos em Reais	6,04%	5,68%	5,09%	5,10%	4,86%	4,86%	5,75%
	25	76	81	83	85	665	1.015
Financiamentos no Passivo Não Circulante							
Taxa média dos financiamentos							5,87%

A Brasil Carbonos está sujeita a determinadas cláusulas restritivas existentes em seus contratos de financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros avaliados anualmente. Caso o nível de cobertura da dívida não atinja um valor mínimo, a investida se obriga, com a anuência dos acionistas, a não efetuar qualquer distribuição de resultados acima do mínimo legal. Em 31 de dezembro de 2013 as cláusulas foram integralmente cumpridas.

A Brasil Supply está sujeita a cláusulas restritivas em seus contratos de financiamento, com base em determinados indicadores econômico-financeiros. Em 31 de dezembro de 2013 as cláusulas foram integralmente cumpridas.

Ministério de Minas e Energia



14.2 Garantias

A Companhia ofereceu como garantia para o empréstimo realizado junto ao Banco IBM notas fiscais de equipamentos de tecnologia da informação da controladora Petrobras. Com relação ao financiamento obtido junto ao Banco da Amazônia não houve garantias oferecidas.

O imobilizado adquirido pela Brasil Carbonos através dos recursos liberados pelo FINAME foi dado em alienação fiduciária.

14.3 Captações

No exercício de 2012 o FII emitiu Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) no total de R\$ 514 para a construção dos ativos dos projetos Porto Nacional e Cruzeiro do Sul, com lastro em recebíveis da Companhia. As duas séries de certificados emitidas são indexadas pelo IPCA + 4,0933% a.a. e 4,9781% a.a., com vencimento em 2025 e 2032.

No exercício de 2012 a Companhia captou recursos no total de R\$115 para a aquisição de equipamentos de tecnologia da informação, com encargos de 100,6% do CDI e vencimento de 2018 e 2020.

Em 25 de março de 2013, a Companhia captou R\$185 junto ao Banco da Amazônia S/A para financiar o ciclo produtivo do etanol. O pagamento dos encargos financeiros dar-se-á em duas parcelas – a primeira em 25/05/2014, após 365 dias de carência e a segunda parcela com o principal, em 25/05/2015. A atualização da linha de crédito será efetuada a uma taxa anual de TR mais juros de 7,17% a.a.

15 Arrendamentos Mercantis

15.1 Arrendamentos mercantis financeiros (com transferência de benefícios, riscos e controles)

A Companhia possui compromissos financeiros com a Rio Bravo Investimentos DTVM Ltda. em função de direitos decorrentes de operações com arrendamentos de imóveis e equipamentos, e construção de bases e terminais, atualizados pelo IGPM e IPCA.

Os créditos imobiliários originados no Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda, celebrado entre a Companhia e a Rio Bravo, na qualidade de administradora do Fundo de Investimento Imobiliário FCM, serviram de lastro para a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs). Os CRIs são registrados para negociação no mercado secundário no BOVESPA FIX, administrado pela BM&F Bovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e na CETIP.

A Companhia é arrendatária de equipamentos da investida CDGN, e arrendadora desses equipamentos à Suzano. Essas operações de arrendamento e subarrendamento mercantil financeiro têm duração de 10 anos, ao final dos quais os equipamentos serão adquiridos pela Suzano.

O valor presente dos pagamentos a serem efetuados pela Suzano, no montante de R\$16, está reconhecido no contas a receber de curto e longo prazo e será atualizado monetariamente pelo IGPM.

Concomitantemente, a Companhia firmou com a Suzano um contrato incondicional de fornecimento de óleo combustível para a operação dos equipamentos arrendados. A receita e o custo do produto vendido pela Companhia à Suzano são reconhecidos conforme a nota 4.14.

15.2 Arrendamentos mercantis operacionais (sem transferência de benefícios, riscos e controles)

Em 2013, a Companhia pagou um montante de R\$254 (R\$227 em 2012) pelos compromissos contratuais de arrendamentos operacionais, sendo R\$166 referente a parcelas fixas e R\$88 referente a parcelas variáveis.

	Consolidado	Controladora
2014	109	109
2015 - 2018	187	187
2019 em diante	50	50

16 Partes relacionadas

16.1 Transações comerciais e outras operações

16.1.1 Por operação

	Consolidado					
	2013			2012		
	Ativo			Passivo		
	Resultado	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Total
Resultado						
Receitas, principalmente de vendas	7.906	–	–	–	–	–
Variações monetárias e cambiais líquidas	(12)	–	–	–	–	–
Receitas (despesas) financeiras líquidas	18	–	–	–	–	–
Ativo						
Contas a receber, principalmente por vendas	–	950	3.100	4.050	–	–
Passivo						
Fornecedores	–	–	–	–	2.000	2.000
Dividendos a pagar	–	–	–	–	506	506
Em 2013	7.912	950	3.100	4.050	2.506	2.506
Em 2012	7.048	1.098	2.075	3.173	3.153	3.153

	Controladora						
	2013				2012		
	Ativo				Passivo		
	Resultado	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Resultado							
Receitas, principalmente de vendas	7.949	–	–	–	–	–	–
Variações monetárias e cambiais líquidas	(13)	–	–	–	–	–	–
Receitas (despesas) financeiras líquidas	18	–	–	–	–	–	–
Ativo							
Contas a receber, principalmente por vendas	–	946	3.100	4.046	–	–	–
Passivo							
Fornecedores	–	–	–	–	1.978	–	1.978
Dividendos a pagar	–	–	–	–	506	–	506
Outras operações	–	–	–	–	37	106	143
Em 2013	7.954	946	3.100	4.046	2.521	106	2.627
Em 2012	7.054	1.099	2.075	3.174	3.160	125	3.285

16.1.2 Por empresa

	Consolidado					
	2013			2012		
	Ativo			Passivo		
	Resultado	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Total
Controladas e negócios em conjunto do Sistema Petrobras e setor elétrico						
Empresas do setor elétrico	4.721	572	3.100	3.672	–	–
Petrobras	1.568	243	–	243	2.466	2.466
Arembepe	229	46	–	46	–	–
Camaçari Muricy	198	15	–	15	–	–
Transpetro	28	8	–	8	5	5
Terpar	17	2	–	2	–	–
Outras	255	37	–	37	20	20
	7.016	923	3.100	4.023	2.491	2.491
Coligadas do Sistema Petrobras						
Suape II	552	18	–	18	–	–
Companhia Energética Potiguar	115	3	–	3	–	–
Braskem	154	4	–	4	1	1
Guarani S.A.	58	2	–	2	12	12
Outras coligadas	17	–	–	–	2	2
	896	27	–	27	15	15
Em 2013	7.912	950	3.100	4.050	2.506	2.506

continua

continuação



Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 — Empresa do Sistema Petrobras

Controladora							
2013							
	Resultado	Ativo			Passivo		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Controladas e negócios em conjunto do Sistema							
Petrobras e setor elétrico							
Empresas do setor elétrico	4.721	572	3.100	3.672	—	—	—
Petrobras	1.563	239	—	239	2.441	—	2.441
Arembepe	229	46	—	46	—	—	—
Camaçari Muricy	198	15	—	15	—	—	—
Transpetro	28	8	—	8	5	—	5
Terpar	17	2	—	2	—	—	—
Outras	303	37	—	37	60	106	166
	7.059	919	3.100	4.019	2.506	106	2.612
Coligadas do Sistema Petrobras							
Suape II	552	18	—	18	—	—	—
Companhia Energética Potiguar	115	3	—	3	—	—	—
Braskem	154	4	—	4	1	—	1
Guarani S.A.	58	2	—	2	12	—	12
Outras coligadas	16	—	—	—	2	—	2
	895	27	—	27	15	—	15
Em 2013	7.954	946	3.100	4.046	2.521	106	2.627

16.2 Recebíveis do setor elétrico

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía recebíveis do setor elétrico no total de R\$3.672 (R\$2.547 em 31 de dezembro de 2012) dos quais R\$3.100 estavam vencidos (R\$2.075 em 2012) e classificados no ativo não circulante, após negociações realizadas ao longo do exercício.

A Companhia fornece combustível para usinas de geração termoeletrica, controladas diretas ou indiretas das Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobrás, localizadas na região Norte do País. Parte dos custos do fornecimento de combustível para essas térmicas são suportados pelos recursos da Conta de Consumo de Combustível – CCC, gerenciada pela Eletrobrás.

A Companhia também fornece combustível para os Produtores Independentes de Energia – PIE, empresas criadas com a finalidade de produzir energia exclusivamente para a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. – AME, controlada direta da Eletrobrás, cujos pagamentos de fornecimento de combustível dependem diretamente do repasse de recursos da AME para aqueles PIE.

O saldo dos recebíveis com os PIE era de R\$283 (R\$249 em 31 de dezembro de 2012), dos quais R\$255 estavam vencidos (R\$189 em 31 de dezembro de 2012).

Em março de 2013 foi celebrado instrumento particular de confissão de dívida com a AME, tendo a Eletrobras como fiadora, no montante de R\$850, a ser amortizado em 60 (sessenta) prestações mensais e sucessivas de R\$14, corrigidas pela SELIC.

A Companhia entende não haver risco de crédito em relação a estes recebíveis, considerando o rumo das negociações e por não haver histórico de perdas em operações com clientes do setor elétrico.

16.3 Transações com entidades governamentais

As transações significativas resultaram nos seguintes saldos:

	Consolidado			
	2013		2012	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Títulos Governamentais	4	—	301	—
Banco do Brasil S.A.	300	46	474	—
Depósitos vinculados para processos judiciais (CEF e BB)	734	—	625	—
Setor elétrico - inclui negócios em conjunto e coligadas (nota 16.2)	3.672	—	2.547	—
Clientes Governo	95	146	95	160
Outros	—	—	—	—
	4.805	192	4.042	160
Circulante	967	165	1.339	160
Não circulante	3.838	27	2.703	—

	Consolidado			
	2013		2012	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo Circulante	967	—	1.339	—
Caixa e equivalentes de caixa	300	—	474	—
Contas a receber, líquidas	667	—	567	—
Títulos e valores mobiliários	—	—	298	—
Não Circulante	3.838	—	2.703	—
Títulos e valores mobiliários	4	—	3	—
Depósitos judiciais	734	—	625	—
Contas a receber	3.100	—	2.075	—
Passivo Circulante	—	165	—	160
Financiamentos	—	19	—	—
Adiantamento de clientes	—	146	—	160
Passivo Não Circulante	—	27	—	—
Financiamentos	—	27	—	—
	4.805	192	4.042	160

	Controladora			
	2013		2012	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Títulos Governamentais	4	—	301	—
Banco do Brasil S.A.	292	—	472	—
Depósitos vinculados para processos judiciais (CEF e BB)	716	—	608	—
Setor elétrico - inclui negócios em conjunto e coligadas (nota 16.2)	3.672	—	2.547	—
Clientes Governo	95	146	94	160
	4.779	146	4.022	160
Circulante	959	146	1.336	160
Não circulante	3.820	—	2.686	—

	Controladora			
	2013		2012	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo Circulante	959	—	1.336	—
Caixa e equivalentes de caixa	292	—	472	—
Contas a receber, líquidas	667	—	566	—
Títulos e valores mobiliários	—	—	298	—
Não Circulante	3.820	—	2.686	—
Títulos e valores mobiliários	4	—	3	—
Depósitos judiciais	716	—	608	—
Contas a receber	3.100	—	2.075	—
Passivo Circulante	—	146	—	160
Financiamentos	—	146	—	160
	4.779	146	4.022	160

16.4 Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados - FIDC-NP

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Aplicações financeiras	9	5	—	—
Encargos financeiros a apropriar	11	15	11	15
Cessões de direitos performados	(2.650)	(2.536)	(2.650)	(2.536)
Total classificado no ativo circulante	(2.630)	(2.516)	(2.639)	(2.521)
Cessões de direitos não performados	(16)	—	—	—
Total classificado no passivo circulante	(16)	—	—	—
Receita financeira FIDC-NP	2	10	2	6
Despesa financeira FIDC-NP	(137)	(128)	(137)	(128)
Resultado financeiro	(135)	(118)	(135)	(122)

As cessões de direitos creditórios performados estão classificadas como redutoras das contas a receber, enquanto não compensadas. As cessões de direitos creditórios não performados estão registradas como financiamentos no passivo circulante. A taxa de desconto na cessão de direitos creditórios do FIDC NP Petrobras é 100,5% do CDI do dia anterior à operação; não há IOF e IR na operação.

Ministério de Minas e Energia



16.5 Compromissos contratuais - Petrobras

A Companhia possui compromissos incondicionais de compra com a Petrobras para o período de 2014 a 2025 de aproximadamente 10,4 bilhões de m³ de gás natural, que corresponde a um valor total estimado de R\$7 bilhões.

16.6 Remuneração de dirigentes e empregados (em Reais)

O Plano de Cargos e Salários, de Benefícios e Vantagens da Companhia e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Companhia a seus empregados e dirigentes.

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais, e dirigentes da Companhia relativas ao mês de dezembro de 2013 e 2012 foram as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Remuneração por empregado				
Menor remuneração	1.659,91	1.304,00	2.680,52	2.411,33
Remuneração média	8.264,19	7.077,31	10.059,26	9.074,28
Maior remuneração	31.017,72	29.086,56	31.017,72	29.086,56
Remuneração por dirigente da Companhia (maior)	87.355,55	81.954,84	87.355,55	81.954,84
(Valores expressos em reais)				

O total da remuneração de benefícios de curto prazo para o pessoal-chave da Companhia durante o exercício de 2013 foi de R\$7.686.297,23 (R\$6.705.638,67 em 2012) na controladora e de R\$9.872.015,78 (R\$8.452.808,95 em 2012) no Consolidado.

No exercício de 2013, os honorários de diretores e conselheiros no consolidado totalizaram R\$9 (R\$12 em 2012).

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia mantinha cinco membros na Diretoria Executiva e dez membros no Conselho de Administração.

17 Impostos e contribuições

17.1 Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Ativo circulante				
ICMS	587	616	583	586
PIS/COFINS	45	20	42	17
Imposto de renda	58	4	57	2
Contribuição social	16	2	15	1
Outros impostos	40	34	40	28
	746	676	737	634

Ativo não circulante				
ICMS diferido	5	14	5	14
ICMS ST	46	—	46	—
ICMS	35	—	—	—
Outros impostos	8	—	7	—
	94	14	58	14
	840	690	795	648

17.2 Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Passivo Circulante				
ICMS	208	193	207	193
PIS/COFINS	13	32	11	32
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	29	26	29	26
Imposto de renda e contribuição social correntes	1	150	—	147
Outros	27	27	21	19
	278	428	268	417

17.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos – não circulante

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos

Natureza	2013		Fundamento para realização
	Consolidado	Controladora	
Absorção de financiamentos condicionais	211	211	Término dos contratos de financiamento
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	41	41	Recebimento ou efetivação da perda
Provisão para processos judiciais	95	95	Julgamento das causas cuja expectativa de perda da Companhia é considerada provável
Obrigação PETROS - Futuros inativos	111	111	Pagamentos mensais da parcela de previdência privada da patrocinadora à PETROS
Provisão para participação nos lucros	22	22	Pagamento efetivo
Deságio de precatórios	17	17	Quando da liquidação dos títulos
Arrendamentos mercantis financeiros	49	49	Pagamento dos compromissos contratuais
Receita de alienação de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRLs)	12	12	Pela realização da receita
Perdas Atuariais - Ajuste pela adoção CPC 33	33	33	Anualmente quando da realização de novos cálculos
Juros sobre Notas do Tesouro Nacional	(1)	(1)	Pela alienação ou resgate das Notas do Tesouro Nacional tipo "P"
Direitos de uso - arrendamentos mercantis financeiros	(55)	(55)	Realização por depreciação, alienação ou incorporação
Depreciação - revisão vidas úteis	(75)	(73)	Pela depreciação dos imobilizados - ajustes da depreciação societária em relação à dedução fiscal admitida
Atualização de depósitos judiciais	(109)	(109)	Quando da liquidação dos títulos
Outros	10	8	—
	361	361	
Ativo	636	634	
Passivo	(275)	(273)	
	361	361	

Natureza	2012 (Reapresentado)		Fundamento para realização
	Consolidado	Controladora	
Absorção de financiamentos condicionais	162	162	Término dos contratos de financiamento
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	22	22	Recebimento ou efetivação da perda
Provisão para processos judiciais	89	88	Julgamento das causas cuja expectativa de perda da Companhia é considerada provável
Obrigação PETROS - Futuros inativos	54	53	Pagamentos mensais da parcela de previdência privada da patrocinadora à PETROS
Provisão para participação nos lucros	22	22	Pagamento efetivo
Perdas não realizadas - instrumentos financeiros mantidos para negociação	16	16	Quando da negociação do ativo
Arrendamentos mercantis financeiros	54	54	Pagamento dos compromissos contratuais
Receita de alienação de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRLs)	14	14	Pela realização da receita
Perdas Atuariais - Ajuste pela adoção CPC 33	287	287	Anualmente quando da realização de novos cálculos
Ganhos não realizados - instrumentos financeiros disponíveis para venda	(31)	(31)	Quando da liquidação dos títulos
Direitos de uso - arrendamentos mercantis financeiros	(56)	(56)	Realização por depreciação, alienação ou incorporação
Depreciação - revisão vidas úteis	(58)	(58)	Pela depreciação dos imobilizados - ajustes da depreciação societária em relação à dedução fiscal admitida
Atualização de depósitos judiciais	(70)	(70)	Quando da liquidação dos títulos
Outros	8	7	—
	513	510	
Ativo	729	726	
Passivo	(216)	(216)	
	513	510	

continua

continuação



Ministério de
Minas e Energia



Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 — Empresa do Sistema Petrobras

(b) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos, líquidos

Origem do Registro do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	Consolidado				Controladora			
	Imobilizado	Contas a receber / pagar e Empréstimos e financiamentos	Arrendamentos mercantis	Provisão para processos judiciais	Benefícios pós-emprego	Outros	Total	Total
Em 1º de janeiro de 2012 (reapresentado)	(87)	155	17	83	205	137	510	516
Reconhecido no resultado do exercício	(28)	32	(5)	14	22	(63)	(28)	(22)
Reconhecido no patrimônio líquido	—	—	—	—	137	(17)	120	120
Outros	57	(3)	—	(8)	(23)	(112)	(89)	(104)
Em 31 de dezembro de 2012 (reapresentado)	(58)	184	12	89	341	(55)	513	510
Reconhecido no resultado do exercício	(20)	68	(6)	6	58	(31)	75	75
Reconhecido no patrimônio líquido	—	—	—	—	(255)	32	(223)	(223)
Outros	(2)	—	—	—	—	(2)	(4)	(1)
Em 31 de dezembro de 2013	(80)	252	6	95	144	(56)	361	361

(c) Estimativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, líquidos

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

A expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

Período	Imposto de renda e CSLL diferidos, líquidos	
	Consolidado	Controladora
	Ativos	Ativos
2014	98	98
2015	61	61
2016	61	61
2017	60	60
2018	8	8
2019	8	8
2020	8	8
2021 em diante	57	57
31 de dezembro de 2013	361	361
31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)	513	510

17.4 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos sobre o lucro apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados nos exercícios de 2013 e de 2012 estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Lucro antes dos impostos	3.043	2.991	3.040	2.965
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(1.035)	(1.017)	(1.034)	(1.008)
Ajustes para apuração alíquota efetiva:				
· Juros sobre o capital próprio	156	—	156	—
· Adições/exclusões permanentes, líquidas	(57)	(106)	(59)	(105)
· Resultado de equivalência patrimonial	—	2	(3)	17
· Incentivos fiscais	32	22	32	22
· Outros itens	(7)	(1)	—	—
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	(911)	(1.100)	(908)	(1.074)
IR e CSLL correntes	(986)	(1.072)	(983)	(1.052)
IR e CSLL diferidos	75	(28)	75	(22)
	(911)	(1.100)	(908)	(1.074)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	29,9%	36,8%	29,9%	36,2%

17.5 Medida Provisória nº 627

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 que:

· Modifica a legislação tributária relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

· Revoga o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

· Dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.

· Altera dispositivos da Lei nº 12.865/2013 que reabriu o parcelamento de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (REFIS da Crise), instituído pela Lei nº 11.941/2009.

Essa Medida Provisória foi prorrogada pelo prazo de 60 dias pelo Ato do Congresso Nacional nº 1/2014 de 12 de fevereiro de 2014 e entra em vigor em 1º de janeiro de 2015, existindo a possibilidade de opção (de forma irrevratável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014.

Considerando que existe, ainda, a necessidade de regulamentação de diversos dispositivos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e as discussões e incertezas quanto às interpretações dos dispositivos legais, a Administração ainda não concluiu se irá ou não efetuar a opção pela adoção antecipada.

18 Benefícios concedidos a empregados

Os saldos relativos aos planos de pensão e saúde estão representados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Passivo				
Planos de pensão	512	1.109	510	1.106
Planos de saúde	736	1.044	736	1.043
	1.248	2.153	1.246	2.149
Circulante	84	81	84	80
Não circulante	1.164	2.072	1.162	2.069

18.1 Planos de pensão no país – Benefício definido e contribuição variável

(a) Plano Petros – Fundação Petrobras de Seguridade Social

O Plano Petros é um plano de previdência de benefício definido, instituído pela Petrobras em julho de 1970, que assegura aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social, e é direcionado atualmente aos empregados da Petrobras e da Companhia. O plano está fechado aos empregados admitidos a partir de setembro de 2002.

A avaliação do plano de custeio da Petros é procedida por atuários independentes, em regime de capitalização, para a maioria dos benefícios. As patrocinadoras efetuam contribuições regulares em valores iguais aos valores das contribuições dos participantes (empregados, assistidos e pensionistas), ou seja, de forma paritária.

Na apuração de eventual déficit no plano de benefício definido este deverá ser equacionado por participantes e patrocinadores, conforme Emenda Constitucional nº 20/1998 e Lei Complementar nº 109/2001, observada a proporção quanto às contribuições normais vertidas no exercício em que for apurado aquele resultado.

Em 31 de dezembro 2013, os saldos dos Termos de Compromisso Financeiro - TCF, assinados em 2008 pela Companhia e a Petros, totalizavam R\$289 (R\$289 na Controladora), dos quais R\$18 (R\$18 na Controladora), de juros vencem em 2014. Os compromissos dos TCF têm prazo de vencimento em 20 anos com pagamento de juros semestrais de 6% a.a. sobre o saldo a pagar atualizado. Nesta mesma data, a Petrobras possuía estoque de petróleo e/ou derivados dado como garantia dos TCF no valor de R\$ 6.972, em substituição às Notas do Tesouro Nacional de longo prazo, em julho de 2012.

As contribuições esperadas das patrocinadoras para 2014 são de R\$52 (R\$52 na Controladora).

(b) Plano Petros 2 - Fundação Petrobras de Seguridade Social

O Plano Petros 2 foi implementado em julho de 2007, na modalidade de contribuição variável, pela Petrobras e algumas controladas que assumiram o serviço passado das contribuições correspondentes ao período em que os participantes estiveram sem plano, a partir de agosto de 2002, ou da admissão posterior, até 29 de agosto de 2007. O plano está aberto para novas adesões, mas não haverá o pagamento de serviço passado.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2013, a contribuição da Companhia para parcela de contribuição definida totalizou R\$31 (R\$31 na Controladora).

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2014, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da Consultoria Atuarial da Fundação. Dessa forma, toda contribuição deste período está sendo destinada para conta individual do participante.

18.2 Ativos dos planos de pensão

A estratégia de investimentos para ativos dos planos de benefícios é reflexo de uma visão de longo prazo, de uma avaliação dos riscos inerentes às diversas classes de ativos, bem como da utilização da diversificação como mecanismo de redução de risco da carteira. A carteira de ativos do plano deverá obedecer às normas definidas pelo Conselho Monetário Nacional. A meta para alocação de ativos no período entre 2014 a 2018 é de: 46,27% em renda fixa, 40,90% em renda variável, de 4,97% em imóveis e 7,86% em outros ativos.

18.3 Plano de Saúde

(a) Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Companhia e a Petrobras mantêm um plano de assistência médica (AMS) que cobre todos os empregados das empresas no Brasil (ativos e inativos) e dependentes. Sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é o relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, que decorre tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de saúde. Nesse sentido, a Petrobras busca mitigar esse risco por meio de aperfeiçoamento contínuo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como aprimoramento dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos. O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

18.4 Obrigações e despesas líquidas atuariais, calculados por atuários independentes, e valor justo dos ativos dos planos

As informações de todos os planos de benefícios definidos foram agregadas, uma vez que contêm premissas similares. Todos os planos de pensão têm acumulado obrigações de benefícios em excesso aos ativos dos planos.

(a) Movimentação das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

	2013				Controladora
	Consolidado				
Plano de Pensão					
Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total	
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais					
Obrigação atuarial no início do exercício	4.078	101	1.044	5.223	5.219
Custo dos juros	378	9	96	483	483
Custo do serviço corrente	79	21	33	133	133
Contribuições dos empregados	26	—	—	26	26
Benefícios pagos	(99)	—	(41)	(140)	(140)
(Ganho)/ Perda atuarial - experiência	223	(32)	(104)	87	14
(Ganho)/ Perda atuarial - premissas demográficas	35	(4)	—	31	31
(Ganho) atuarial - premissas financeiras	(1.351)	(51)	(292)	(1.694)	(1.619)
Obrigação atuarial no fim do exercício	3.369	44	736	4.149	4.147
Movimentação do valor justo dos ativos do plano					
Ativo do plano no início do exercício	3.050	20	—	3.070	3.070
Receitas de juros sobre ativos do plano	285	2	—	287	287
Rendimento esperado dos ativos no ano	(432)	2	—	(430)	(430)
Contribuições recebidas - participantes	25	—	—	25	25
Contribuições recebidas - patrocinadora	48	—	—	48	48
Benefícios pagos	(99)	—	—	(99)	(99)
Ativos do plano no fim do exercício	2.877	24	—	2.901	2.901

	2013				Controladora
	Consolidado				
Plano de Pensão					
Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total	
Valores reconhecidos no balanço patrimonial					
Valor presente das obrigações com fundo constituído	3.369	44	736	4.149	4.147
(-) Valor justo dos ativos do plano	(2.877)	(24)	—	(2.901)	(2.901)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos do plano	492	20	736	1.248	1.246
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	492	20	736	1.248	1.246
Movimentação do passivo atuarial líquido					
Saldo em 1º de janeiro	1.028	81	1.044	2.153	2.149
(+) Remensuração (ganhos) atuariais	(672)	(87)	(385)	(1.144)	(1.143)
(+) Custos incorridos no período	77	21	33	131	131
(-) Pagamento de contribuições	(48)	(1)	(41)	(90)	(89)
(+) Juros líquidos sobre passivo líquido	107	6	85	198	198
Saldo em 31 de dezembro de 2013	492	20	736	1.248	1.246

	2012 (Reapresentado)				Controladora
	Consolidado				
Plano de Pensão					
Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total	
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais					
Obrigação atuarial no início do exercício	3.216	76	986	4.278	4.214
Custo dos juros	360	9	105	474	474
Custo do serviço corrente	4	30	23	57	57
Contribuições dos empregados	25	3	—	28	28
Benefícios pagos	(91)	—	(36)	(127)	(127)
(Ganho) atuarial - experiência	(379)	(77)	(191)	(647)	(646)
Perda atuarial - premissas demográficas	86	2	36	124	124
Perda atuarial - premissas financeiras	870	58	171	1.099	1.095
Outros	(13)	—	(50)	(63)	—
Obrigação atuarial no fim do exercício	4.078	101	1.044	5.223	5.219
Movimentação do valor justo dos ativos do plano					
Ativo do plano no início do exercício	2.621	13	—	2.634	2.634
Receitas de juros sobre ativos do plano	296	2	—	298	298
Rendimento esperado dos ativos no ano	155	—	—	155	155
Contribuições recebidas - participantes	26	3	—	29	29
Contribuições recebidas - patrocinadora	45	2	—	47	47
Benefícios pagos	(93)	—	—	(93)	(93)
Ativos do plano no fim do exercício	3.050	20	—	3.070	3.070

continua

continuação



Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 — Empresa do Sistema Petrobras

Ministério de
Minas e Energia



Valores reconhecidos no balanço patrimonial

Valor presente das obrigações com fundo constituído

(-) Valor justo dos ativos do plano

Valor presente das obrigações em excesso ao

valor justo dos ativos do plano

Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro

Movimentação do passivo atuarial líquido

Saldo em 1º de janeiro

(+) Remensuração (ganhos)/perdas atuariais

(+) Custos incorridos no período

(-) Pagamento de contribuições

(+) Juros líquidos sobre passivo líquido

Outros

Saldo em 31 de dezembro de 2012

2012 (Reapresentado)				
Consolidado			Controladora	
Plano de Pensão				
Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
4.078 (3.050)	101 (20)	1.044 —	5.223 (3.070)	5.219 (3.070)
1.028	81	1.044	2.153	2.149
1.028	81	1.044	2.153	2.149
593	63	988	1.644	1.577
432	(19)	8	421	422
4	29	24	57	56
(40)	(2)	(36)	(78)	(78)
65	6	112	183	175
(26)	4	(52)	(74)	(3)
1.028	81	1.044	2.153	2.149

(b) Componentes do custo de benefício definido

Custo do serviço

Juros líquidos sobre o passivo líquido

Custo de benefício definido no exercício

Relativa a empregados ativos:

Absorvida no custeio das atividades operacionais

Diretamente no resultado

Relativa aos inativos:

Custo de benefício definido no exercício

2013					
Consolidado				Controladora	
Plano de Pensão					
Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total	
78	21	33	132	132	
94	7	96	197	197	
172	28	129	329	329	
9	1	4	14	14	
127	27	75	229	228	
36	–	50	86	87	
172	28	129	329	329	

Custo do serviço

Juros líquidos sobre o passivo líquido

Outros

Custo líquido no exercício

Relativa a empregados ativos:

Absorvida no custeio das atividades operacionais

Diretamente no resultado

Relativa aos inativos:

Custo líquido no exercício

2012 (Reapresentado)					
Consolidado				Controladora	
Plano de Pensão					
Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total	
4	30	23	57	57	
65	7	105	177	177	
(11)	1	16	6	(3)	
58	38	144	240	231	
2	1	3	6	6	
27	37	60	124	124	
29	–	81	110	101	
58	38	144	240	231	

(c) Análise de sensibilidade

A variação de 1 p.p. nas premissas de custos médicos teria os seguintes efeitos:

Consolidado					
Taxa de desconto			Custos médicos		
Pensão		Saúde	Saúde		
+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.
(341)	415	(78)	95	111	(92)
(18)	21	(6)	7	19	(15)

(d) Premissas atuariais adotadas no cálculo

		2013		2012	
Taxa de desconto		12,88% ⁽¹⁾ / 12,97% ⁽²⁾ / 12,90% ⁽³⁾		9,35% ⁽¹⁾⁽²⁾ / 9,42% ⁽³⁾	
Taxa de crescimento salarial		8,03% ⁽¹⁾ / 10,21% ⁽²⁾		7,62% ⁽¹⁾ / 9,51% ⁽²⁾	
Taxa de rotatividade dos planos de saúde		1,247% a.a. ⁽⁴⁾		0,700% a.a. ⁽⁴⁾	
Taxa de rotatividade dos planos de pensão		Nula		Nula	
Taxa de variação de custos médicos e hospitalares		11,62% a 4,09%a.a. ⁽⁵⁾		11,74% a 4,11%a.a. ⁽⁵⁾	
Tábua de mortalidade		AT 2000 Básica, especifica por sexo e suavizada em 20% ⁽⁶⁾		AT 2000 por sexo, suavizada em 30% para o sexo feminino ⁽⁶⁾	
Tábua de invalidez		TASA 1927 ⁽⁷⁾		TASA 1927 ⁽⁷⁾	
Tábua de mortalidade de inválidos		Winklevoss por sexo suavizada em 20% ⁽⁸⁾		Winklevoss por sexo suavizada em 20% ⁽⁸⁾	

⁽¹⁾ Plano Petros Sistema Petrobras

⁽²⁾ Plano Petros 2

⁽³⁾ Plano AMS

⁽⁴⁾ Rotatividade média que varia de acordo com a idade e tempo de serviço.

⁽⁵⁾ Taxa decrescente atingindo nos próximos 30 anos a expectativa de inflação projetada de longo prazo.

⁽⁶⁾ Exceto para o Plano Petros 2, para o qual foi aplicada a Tábua de Mortalidade AT 2000 (80% masculino + 20% feminino) suavizada em 10%.

⁽⁷⁾ Exceto para o Plano Petros 2, para o qual foi utilizada a Tábua de invalidez Álvaro Vindas.

⁽⁸⁾ Exceto para o Plano Petros 2, para o qual foram aplicadas as Tábuas de mortalidade de inválidos IAPB 1957 (2013) e AT 49 Masculina (2012).

(e) Perfil de vencimento da obrigação

Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal	
31/12/2014	229
31/12/2015	228
31/12/2016	224
31/12/2017	220
31/12/2018 ou posterior	3.247
	4.148

18.5 Participações nos lucros ou resultados

A participação dos empregados nos lucros ou resultados (PLR) tem por base as disposições legais vigentes, bem como as diretrizes estabelecidas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e pelo Ministério de Minas e Energia, estando relacionada ao lucro líquido consolidado antes da participação de empregados e administradores e do resultado atribuível aos acionistas não controladores.

Dessa forma, de acordo com o artigo 42 do Estatuto Social, a Lei 10.101/2000 e demais normativos vigentes, em 31 de dezembro de 2013 a Companhia provisionou o valor de R\$65 (R\$64 em 2012) para a distribuição aos seus empregados, correspondente a 2,9% do lucro antes das participações, respeitados os limites estabelecidos pela Resolução nº 10/95, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - CCE.

A participação dos administradores nos lucros ou resultados, incluída no montante acima apresentado, será objeto de deliberação pela Assembléia Geral Ordinária, na forma disposta pelo artigo 32 do Estatuto Social da Companhia e pelas normas federais específicas.

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital social realizado

Em 30 de novembro de 2012, como consequência da cisão parcial da Companhia e transferência da participação acionária da Liquigás para a Petrobras, ocorreu redução de 8.075.678.926 ações ordinárias.

O capital social em 31 de dezembro de 2012 (R\$4.182), totalmente subscrito e integralizado, após cisão parcial da Companhia, estava composto por 34.777.774.156 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal e inconversíveis.

O capital social em 31 de dezembro de 2013 (R\$5.991), totalmente subscrito e integralizado, estava composto por 34.777.774.156 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal e inconversíveis.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de março de 2013, foi aprovado o aumento do capital social através da aplicação do excesso das reservas de lucros (R\$1.735) e da incorporação da reserva de incentivos fiscais (R\$54).

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de maio de 2013 foi aprovado aumento de capital por meio de aporte de ativos da Petrobras (R\$20).

19.2 Reserva de capital

Reserva constituída em exercícios anteriores a 2008 com aplicações em incentivos fiscais no Fundo de Investimento do Amazonas (FINAM) e no Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), originadas de destinações de parte do imposto de renda pago pela Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de março de 2013 foi autorizada a capitalização do total do saldo das reservas de capital existente em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$54.

19.3 Reservas de lucros

(a) Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício não excedendo a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

(b) Reserva estatutária

Constituída mediante a apropriação do lucro líquido de cada exercício de um montante equivalente a, no mínimo, 0,5% do capital social integralizado no fim do exercício e destina-se ao custeio dos programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O saldo desta reserva não pode exceder a 5% do capital social integralizado, de acordo com o artigo 46 do Estatuto Social da Companhia.

(c) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de distribuição de derivados de petróleo, etanol, infraestrutura de apoio, aportes de capital e financiamentos a clientes, em consonância com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

O orçamento de capital do exercício de 2014, aprovado pelo Conselho de Administração, será encaminhado à aprovação da Assembléia Geral Ordinária e prevê aplicações de recursos no montante de R\$1.567.

Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 está sendo prevista uma retenção de lucros de R\$1.420.

19.4 Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com o Art.7º do Estatuto Social da Companhia e nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A proposta dos dividendos relativos ao exercício de 2013 está sendo encaminhada pela Administração da Companhia à aprovação dos acionistas na Assembléia Geral Ordinária.

Segue-se o cálculo dos dividendos propostos:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	2.132	1.891
Apropriação		
Reserva legal	(107)	(95)
Lucro básico para determinação dos dividendos	2.025	1.796
Dividendos a pagar - Registrados no passivo circulante		
Equivalentes a 25% (25% em 2012) do lucro básico	506	449
Dividendos adicionais propostos - Registrados no patrimônio líquido		
Equivalentes a aproximadamente 0,0% do lucro básico (5,1% em 2012)	-	92
Composição dos dividendos a pagar, dividendos		
adicionais propostos e juros sobre o capital próprio:		
Juros sobre o capital próprio	460	-
Dividendos	115	449
Dividendo adicional proposto	-	92
Total de dividendos distribuídos	575	541
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	(69)	-
Total de dividendos propostos	506	541
Dividendos por ação	14,55	15,56

Os dividendos serão atualizados monetariamente, a partir de 31 de dezembro de 2013 até a data da quitação, de acordo com a variação da taxa SELIC.

Os juros sobre o capital próprio estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95. Esses juros foram imputados aos dividendos do exercício, na forma prevista no Estatuto Social da Companhia, contabilizados no resultado operacional, conforme requerido pela legislação fiscal, e foram revertidos contra lucros acumulados, conforme determina a Deliberação CVM nº 207/96, resultando em um crédito tributário de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$156 (R\$0 em 2012).

19.5 Ajustes de avaliação patrimonial

19.5.1 Ativos financeiros disponíveis para venda

Refere-se às alterações líquidas acumuladas no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda até que esses investimentos sejam desreconhecidos ou sofram perda por redução no valor recuperável.

19.5.2 Ganhos e perdas atuariais

Refere-se ao reconhecimento do valor líquido acumulado dos ganhos ou perdas atuariais apurados por atuários independentes ao final de cada exercício social.

19.6 Lucro por ação

Segue-se o cálculo do lucro por ação:

Consolidado		Controladora	
2013	2012	2013	2012
2.132	1.891	2.132	1.891
Lucro líquido			
Média ponderada da quantidade de ações em circulação (nº de ações)	34.777.774.156	42.180.479.838	34.777.774.156
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária (R\$ por ação)	61,30	44,82	61,30
			44,82

20 Receita de vendas

Consolidado		Controladora	
2013	2012	2013	2012
106.040	98.168	105.583	94.882
(19.093)	(18.041)	(18.998)	(17.573)
86.947	80.127	86.585	77.309

21 Outras receitas (despesas), líquidas

Consolidado		Controladora	
2013	2012	2013	2012
33	45	33	45
(33)	(45)	(33)	(45)
(50)	(52)	(50)	(52)
(54)	(139)	(52)	(137)
19	14	19	14
231	197	231	197
44	43	44	46
(89)	(97)	(89)	(97)
69	71	69	71
(150)	(120)	(150)	(113)
51	38	51	38
(41)	(81)	(41)	(81)
-	7	-	7
-	5	-	5
-	7	-	7
-	5	-	5
71	-	71	-
(59)	-	(59)	-
(4)	6	4	(4)
39	(98)	48	(95)

continua

continuação



Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 — Empresa do Sistema Petrobras

22 Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Matérias-primas e produtos para revenda	(79.883)	(72.463)	(79.609)	(70.448)
Despesas com pessoal	(1.420)	(1.470)	(1.395)	(1.196)
Depreciação e amortização	(380)	(390)	(372)	(330)
Variação dos estoques	510	(197)	510	(187)
Serviços, fretes, aluguéis e outros	(2.755)	(2.819)	(2.547)	(2.333)
Tributárias	(33)	(27)	(29)	(21)
Perdas e provisões com processos judiciais	(54)	(139)	(52)	(137)
Relações institucionais e projetos culturais	(150)	(120)	(150)	(113)
Outras	(49)	195	(199)	91
	(84.214)	(77.430)	(83.843)	(74.674)
Custo dos produtos e serviços vendidos	(79.608)	(72.781)	(79.306)	(70.746)
Despesas com vendas (*)	(3.701)	(3.573)	(3.669)	(3.022)
Despesas gerais e administrativas	(759)	(766)	(735)	(624)
Tributárias	(33)	(27)	(29)	(21)
Outras receitas e despesas operacionais, planos de benefícios e PLR	(113)	(283)	(104)	(261)
	(84.214)	(77.430)	(83.843)	(74.674)

(*) Inclui R\$4 de custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

23 Resultado financeiro líquido

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Variações cambiais e monetárias sobre endividamento líquido (*)	(118)	(74)	–	–
Despesa com endividamentos	(22)	(6)	(17)	(4)
Receita com aplicações financeiras	25	–	1	–
Receita (despesa) líquida com FIDC	(135)	(118)	(135)	(122)
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	(250)	(198)	(151)	(126)
Encargos financeiros capitalizados	120	70	–	–
Atualização de depósitos judiciais	133	31	133	30
Hedge sobre operações comerciais e financeiras	(21)	(6)	(21)	(6)
Títulos e valores mobiliários	87	12	87	12
Juros por atraso e financiamentos de clientes	247	256	242	244
Outras despesas e receitas financeiras, líquidas	(89)	135	(44)	143
Outras variações cambiais e monetárias, líquidas	84	(10)	63	(10)
Resultado financeiro líquido	311	290	310	287

(*) Inclui variação monetária sobre financiamentos em moeda nacional parametrizada à variação ao dólar.

24 Informações complementares à demonstração dos fluxos de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Valores pagos durante o exercício				
Imposto de renda e contribuição social	1.001	858	1.000	852
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	44	40	44	40
	1.045	898	1.044	892

25 Processos judiciais e contingências

25.1 Processos judiciais provisionados

A Companhia e suas investidas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em processos legais, de natureza cível, fiscal, trabalhista e ambiental. A Companhia e suas investidas constituem provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Causas trabalhistas	107	98	106	97
Causas fiscais	30	39	29	38
Causas cíveis	135	120	135	120
Causas ambientais	7	4	8	5
Total	279	261	278	260
Circulante	115	94	115	93
Não circulante	164	167	163	167

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Saldo inicial	261	246	260	222
Adição de provisão	75	123	75	119
Utilização por pagamentos	(29)	(52)	(28)	(52)
Atualização de juros	18	–	17	–
Outros	(46)	(42)	(46)	(29)
Transferência da Liquigás para a Petrobras	–	(14)	–	–
Saldo final	279	261	278	260

As despesas com processos judiciais estão reconhecidas nas outras despesas operacionais.

25.2 Processos judiciais não provisionados (perdas possíveis)

Consolidado		
Natureza	2013	2012
Fiscais	1.232	1.040
Cíveis - Gerais	923	635
Trabalhistas	112	90
Cíveis - Ambientais	11	4
	2.278	1.769

Apresentamos a seguir os principais processos não provisionados:

(a) Processos de natureza fiscal

Descrição dos processos de natureza fiscal	Estimativa
1) Autor: Estado do Rio de Janeiro Ação de execução fiscal proposta pelo Estado do Rio de Janeiro, em face da Companhia, sob alegação de não pagamento por parte desta de créditos relativos a ICMS. A Companhia ofereceu combustível como garantia. Situação atual: Derrota da Companhia em 2ª instância. Aguarda-se julgamento de recursos interpostos pela Companhia aos Tribunais Superiores. Há precedente favorável à Companhia no Supremo Tribunal Federal – STF.	156
2) Autores: Estados do Amazonas, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Paraíba e Pernambuco. Processos nos quais a Companhia discute a não incidência de ICMS sobre a variação nos estoques de combustíveis por sobras e faltas nos estoques decorrentes da operacionalização e transporte dos produtos.	106
3) Autor: União Discussão: exigência de recolhimento dos débitos de Imposto de Renda com os créditos compensados de IPI, do período do 2º trimestre 2006 ao 1º trimestre de 2008.	90
4) Processos judiciais em que a Companhia discute de quem é a legitimidade passiva para honrar o pagamento de PIS e COFINS que não foram retidos por substituição tributária, em virtude de liminares obtidas pelos adquirentes, mas hoje são devidos em virtude de insucesso final desses adquirentes nas demandas por eles movidas em face da União.	84

Descrição dos processos de natureza fiscal	Estimativa
5) Autor: Estado de Goiás Ação de execução fiscal promovida pelo Estado de Goiás, em face da Companhia, para cobrança de supostos créditos tributários constituídos por meio de 9 autos de infração. A Companhia ofereceu como garantia fiança bancária. Situação atual: Recurso especial pela Companhia do acórdão que manteve, em sede de agravo regimental, o valor arbitrado da perícia em R\$0,1 milhão.	85
6) Ação de execução fiscal promovida pelo Estado de Goiás, em face da Companhia, para cobrança de supostos créditos tributários constituídos por meio de 16 autos de infração relativos a ICMS. A Companhia ofereceu como garantia fiança bancária. Situação atual: Interposto agravo de instrumento em face da decisão que fixou os honorários periciais em R\$0,2 milhão. Petição do 526 do CPC também enviada. Decisão concedendo liminar a fim de suspender os efeitos da decisão agravada no tocante à fixação dos honorários periciais até o julgamento final do recurso.	80
7) Autor: Estado de Pernambuco Ação de cobrança de ICMS em razão de diferenças em estoques (volume das entradas em certo período divergente das saídas) consideradas pela fiscalização operações não registradas pela BR e, portanto, não tributadas. Situação atual: Vista às partes sobre as propostas periciais apresentadas.	82
8) Autores: Estados da Bahia, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Tocantins e o Distrito Federal Processos judiciais em que a Companhia discute se a composição da base de cálculo do ICMS-ST em operações interestaduais com derivados de petróleo deve ou não incluir o próprio ICMS.	71
9) Autor: Estado de Mato Grosso ICMS – Omissão de entradas. Falta de notas fiscais referentes a operações de transferências acobertadas por Remessa de Vagão Tanque – RVT. O Estado de Mato Grosso autouou a Companhia com base em relatório de fretes apresentado pela ALL Transportadora. Há incompatibilidade desse relatório com os dados da Companhia, o que gerou a presunção de não recolhimento de tributo. Situação atual: Decisão determinando cancelamento de alvará de levantamento de depósito consoante pedido do Estado de Mato Grosso.	54
10) Autores: Estados de Goiás, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Tocantins Cobrança de ICMS/ST remessa e devolução simbólica de querosene de aviação para revenda, consideração de estabelecimento atacadista como varejista e inidoneidade de documentação fiscal	250
11) Processos diversos de natureza fiscal	174 1.232

(b) Processos de natureza cível

Descrição dos processos de natureza cível	Estimativa
1) Autor: Francisco Messias Cameli Ação cível perante a justiça do Estado do Amazonas para cobrança de aluguel, em razão de sobrestadia de embarcações na Base de Distribuição Secundária do Cruzeiro do Sul (BASUL). Situação atual: O pedido de data de julgamento foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça em 29 de novembro de 2013 e publicado em 2 de dezembro de 2013, estando os autos prontos para serem julgados em quaisquer das sessões subsequentes.	94
2) Autor: Forte Comércio, Importação, Exportação e Administração Ação cível perante a justiça do Estado de São Paulo, com pedido de rescisão de contratos e indenização por perdas e danos, sob alegação de a Companhia ter descumprido obrigação que teria assumido para o surgimento do Grupo Forte. Situação atual: Aguarda-se julgamento do recurso especial interposto pela Companhia.	88
3) Processos diversos de natureza cível	741 923

26 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A administração dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, no tocante à escolha das contrapartes, e rentabilidade e segurança das áreas comerciais para as quais as operações são efetuadas.

A política de controle consiste no acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, sendo o objetivo final a preservação das margens obtidas com a política de hedge definida em conjunto com as áreas comerciais. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco elevado.

Pela natureza de seu negócio, a Companhia está exposta, principalmente, ao risco de crédito, sendo que parte desta exposição possui atualização pela aplicação de taxas de juros sobre os financiamentos de clientes. Em menor grau, a Companhia está sujeita aos riscos de liquidez, de mercado e de variação na taxa de câmbio.

Apresentamos as descrições dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial:

Notas	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber	7	7.680	7.496	7.590
Caixa e bancos	5	671	662	667
Depósitos judiciais	9	734	625	716
Aplicações financeiras	5	260	394	–
		9.345	9.177	8.973
Ativos financeiros disponíveis para venda				
NTN-B	6	–	298	–
		–	298	–
Ativos financeiros mantidos para negociação				
Precatórios	7	33	31	33
		33	31	33
Ativos financeiros mantidos até o vencimento				
FIDC Fornecedor	6	18	19	18
NTN-P	6	4	3	4
		22	22	22
Ativos (passivos) financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado				
Contratos a termo de dólar (NDF)	26.2.1.1	–	3	–
		–	3	–
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Financiamentos	14	1.403	1.032	304
Arrendamentos mercantis financeiros	26.3.3	143	160	160
Fornecedores	13	3.019	3.518	2.988
		4.565	4.710	3.452

26.1 Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia tem como principal fórum de discussão o Comitê de Crédito, que define os principais parâmetros e diretrizes para a política de concessão de crédito. As análises de solicitações de crédito, de acordo com os patamares de valores, possuem trâmites específicos e exigências crescentes conforme o nível de exposição, sendo que alguns casos alçam à decisão de Diretoria Executiva.

Quanto à exposição ao câmbio, a política de gestão desse tipo de risco é definida pela Diretoria Executiva, com gerenciamento conjunto das áreas financeira e comercial, responsáveis pelo faturamento internacional.

continua

continuação



Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 — Empresa do Sistema Petrobras

26.2 Risco de mercado

26.2.1 Risco cambial

Em função das vendas a clientes estrangeiros, o risco cambial é um dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

26.2.1.1 Gerenciamento de risco cambial

A Companhia contrata operações de *hedge* cambial para cobertura das margens comerciais inerentes às vendas de combustíveis de aviação para clientes estrangeiros. O objetivo da operação é garantir que as margens comerciais pactuadas junto aos clientes sejam mantidas durante o prazo de vigência dos preços negociados, bem como durante o prazo comercial de pagamento.

A Companhia se posiciona vendida em taxas futuras de câmbio através de NDFs (Contrato a termo de moeda sem entrega física) no mercado de balcão brasileiro. Para o segmento de aviação, que representou 100 % das operações contratadas do período, o prazo de exposição é de até 3 meses, em média, e o *hedge* é contratado concomitantemente à definição do custo do querosene de aviação exportado, fixando e garantindo desta forma a margem da comercialização. Em 2013 foram contratadas operações de venda futura no mercado de câmbio no valor de US\$356.

O volume de *hedge* contratado para o faturamento ao exterior entre janeiro e dezembro de 2013 representou 40% de todo o volume exportado pela Companhia no mesmo período.

As liquidações de todas as operações vencidas no período geraram um resultado negativo para a Companhia de R\$18 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Cabe destacar que a Companhia não utilizou nenhum outro instrumento derivativo nas operações de *hedge* cambial além do NDF, conforme definido no artigo 2º. da Deliberação CVM nº 550.

Nenhuma das operações em questão exigiu o depósito de margens de garantia.

Instrumentos financeiros derivativos de moeda estrangeira

Consolidado						
Contratos a termo de dólar (NDF)	Valor de referência (nacional)				Vencimento	Realizado
	USD (Mil)		Valor justo (R\$ Mil)			
	2013	2012	2013	2012		
	2013	2012	2013	2012		
Posição Vendida	—	—	—	—	2013	18
		65		3	2012	

A Companhia não possui contratos a termo em aberto em 31 de dezembro de 2013.

26.2.2 Risco de crédito

A exposição ao risco de crédito na Companhia surge a partir do fornecimento de produtos a prazo, decorrente de suas operações comerciais usuais. Tal risco consiste na possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas.

26.2.2.1 Gerenciamento de risco de crédito

A Política de Crédito e Cobrança da Companhia define esferas de aprovação para cada cliente considerando o valor solicitado e estabelece prazos de vigência de limites de forma a permitir reavaliação periódica da situação de cada cliente com relação ao risco que este possa representar.

Na análise são avaliados o comportamento de pagamento do cliente e as restrições de mercado, as garantias reais (hipotecas), garantias pessoais (fianças) e realizadas análises de balanço. A Companhia utiliza-se de tabela de limite de competência, aprovada pela Administração, para concessão de crédito.

O crédito concedido a instituições financeiras está distribuído entre os principais bancos internacionais considerados pelas classificadoras internacionais de riscos como Grau de Investimento e os mais importantes bancos brasileiros.

A carteira de crédito comercial da Companhia é bastante diversificada, atendendo clientes da rede automotiva e grandes consumidores representados, principalmente, por indústrias e clientes governo. A exposição ao risco está representada principalmente pelo saldo de contas a receber.

A carteira da Companhia somava R\$10 bilhões em 31 de dezembro de 2013.

26.2.3 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros sobre o passivo da Companhia está associado, principalmente, às taxas de IGPM e IPCA, que são os indexadores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários. Os ativos se caracterizam, em maior parte, pelos financiamentos a clientes, que geralmente estão atrelados ao IGPM. Em termos líquidos, considerando que os ativos suplantam de forma considerável os passivos, o risco maior da Companhia está associado a um cenário decrescente para a taxa de IGPM.

26.2.3.1 Gerenciamento de risco de taxa de juros

A Companhia atualmente não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar sua exposição às flutuações das taxas de juros.

Instrumentos	Exposição			(Despesa)/	Saldo com	Saldo com	Saldo com	Saldo com
	(R\$ mil)	Nota	Risco	receita financeira no cenário 1 (*)	de índice de 25%	de índice de 50%	de índice de 25%	de índice de 50%
Financiamentos ressarcíveis	1.055	7	Redução do IGPM	103	77	52	129	155
Contas a receber – partes relacionadas – circulante	946	16	Redução do ICTM	10	8	5	13	15
FIDC (cessão de direitos creditórios)	(2.650)	7	Alta do CDI	(135)	(101)	(68)	(169)	(203)
CRIs	(1.029)		Alta do IGPM	(93)	(70)	(47)	(116)	(140)
Financiamentos com os bancos IBM e BASA	(304)		Alta do CDI	(17)	(13)	(9)	(21)	(26)

(*) Cenário I corresponde ao efeito reconhecido no resultado do exercício considerando a data-base 31/12/2013

26.3 Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos preponderantemente em seus gastos operacionais. Geralmente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, havendo, em menor grau, eventuais operações financeiras para financiamento de projetos.

26.3.1 Gerenciamento de risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela área financeira da Companhia. Trabalha-se com um fluxo anual, o qual é monitorado através de revisões de projeção mensais, discutidas em fóruns e Comitês Executivos representativos.

O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimentos da Companhia, atentando sempre para a manutenção de um saldo de caixa mínimo capaz de fazer frente às oscilações do fluxo diário.

Todo o excesso de caixa é aplicado em quotas do FIDC-NP, fundo exclusivo e corporativo do Sistema Petrobras, com incidência de juros. Acontecimentos excepcionais que venham a onerar a geração de caixa e a liquidez da Companhia são atendidos com recursos do fundo corporativo.

Em paralelo, mantém-se sempre espaço para estruturações financeiras que possam melhorar a estrutura e o custo do capital, além de reforçar o caixa em situações específicas.

26.3.2 Fluxo nominal de principal e juros dos financiamentos

Período	Consolidado						
	Circulante			Não Circulante			
	Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total	Total
2014	38	155	193	—	—	—	193
2015	—	—	—	279	80	359	359
2016	—	—	—	99	65	164	164
2017	—	—	—	107	69	176	176
2018 em diante	—	—	—	1.457	421	1.878	1.878
Total	38	155	193	1.942	635	2.577	2.770

26.3.3 Fluxo dos pagamentos e recebimentos de arrendamentos mercantis financeiros (com transferência de benefícios, riscos e controles)

	31.12.2013			
	Consolidado		Controladora	
	Recebimentos mínimos	Pagamentos mínimos	Recebimentos mínimos	Pagamentos mínimos
2014	3	40	3	42
2015 - 2018	13	137	13	150
2019 em diante	16	29	16	45
Recebimentos/ pagamentos futuros de compromissos estimados	32	206	32	237
Menos montante dos juros anuais	(16)	(63)	(16)	(77)
Valor presente dos recebimentos/pagamentos mínimos	16	143	16	160
Circulante	2	37	2	39
Não circulante	14	106	14	121
Em 31 de dezembro de 2013	16	143	16	160
Circulante	—	35	—	35
Não circulante	—	125	—	125
Em 31 de dezembro de 2012	—	160	—	160

26.4 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Os diferentes níveis de instrumentos financeiros registrados pelo valor justo foram definidos como a seguir:

• Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;

• Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

• Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros da Companhia registrados a valor justo em base recorrente, em 31 de dezembro de 2013, está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Valor justo medido com base em			
	Preços cotados em mercado ativo (Nível 1)	Técnica de valoração suportada por preços observáveis (Nível 2)	Técnica de valoração sem o uso de preços observáveis (Nível 3)	Total
Ativos				
Ativos mantidos para negociação	33	—	—	33
Títulos e valores mobiliários	—	—	—	—
Derivativos de moeda estrangeira	—	—	—	—
Total dos ativos	33	—	—	33

26.5 Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital visando a confiança do investidor, credor, mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital empregado e o nível de dividendos para acionistas.

27 Seguros

A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos.

As instalações, equipamentos e produtos da controladora dispõem de cobertura contra incêndio, cuja importância segura em 31 de dezembro de 2013 totalizava R\$11.053 (R\$9.077 em 2012). Há cobertura total para as transferências de produtos realizadas entre os estabelecimentos da Companhia, vendas e de produtos adquiridos de fontes produtoras, cujo transporte é de responsabilidade da Companhia. No Consolidado a importância segura totalizava, em 31 de dezembro de 2013, R\$11.271 (R\$9.077 em 2012).

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As informações principais sobre a cobertura de seguros vigente em 31 de dezembro de 2013 podem ser assim demonstradas:

Ativo	Tipo de cobertura	2013		2012	
		Importância segura Consolidado	Importância segura Controladora	Importância segura Consolidado	Importância segura Controladora
Instalações, equipamentos e produtos em estoque	Incêndio e riscos	7.867	7.649	6.142	6.142
Responsabilidade civil geral	Operações, produtos, poluição ambiental etc.	598	581	511	511
Responsabilidade civil - Abastecimento		2.343	2.343	2.044	2.044
Outros ativos		503	480	380	380
Total		11.311	11.053	9.077	9.077

A Companhia não faz seguros de lucros cessantes.

28 Evento subsequente

Em 28 de janeiro de 2014, a Diretoria Executiva da Companhia aprovou um Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PIDV, que foi desenvolvido de forma a sistematizar os desligamentos dos empregados que se inscreverem no programa, atendendo aos seguintes objetivos: adequar os efetivos da Companhia ao Plano de Negócios e Gestão - PNG; atender aos interesses da Petrobras, compatibilizando com as expectativas dos empregados; e preservar os conhecimentos existentes na Companhia.

As inscrições no PIDV são voluntárias e abrangentes a todos os empregados, de qualquer cargo ou função, desligáveis com idade igual ou superior a 55 anos e estejam aposentados pelo INSS até o término do período de inscrições (31 de março de 2014), com contrato de trabalho ativo. As indenizações previstas no plano estão estruturadas em três grupos: i) indenizações adicionais fixas, com piso de R\$ 180 mil e teto de R\$ 600 mil; ii) indenizações adicionais variáveis, considerando as condições e o tempo definido no plano para desligamento dos empregados; e iii) vantagens legais e corporativas.

Os desligamentos dos empregados ocorrerão em no máximo 24 meses após o término das inscrições e, neste período, deverá ser garantida a passagem do conhecimento e a continuidade operacional da companhia. A Companhia estima provisionar ao longo de 2014 o montante de R\$227, para fazer frente as estimativas de desembolsos de R\$170 em 2014 e R\$57 em 2016. Para fins de estimativa foram considerados as seguintes premissas: adesão de 100% dos funcionários aptos a se inscreverem no plano; percentual máximo de retenção até 2 anos e tabelas de remuneração vigentes em janeiro de 2014.

continua

continuação



Ministério de
Minas e Energia



Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 — Empresa do Sistema Petrobras

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GUIDO MANTEGA
Presidente

MIRIAM APARECIDA BELCHIOR
Conselheira

SÉRGIO FRANKLIN QUINTELLA
Conselheiro

FRANCISCO ROBERTO DE ALBUQUERQUE
Conselheiro

MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA
Conselheiro

MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN
Conselheiro

LUCIANO GALVÃO COUTINHO
Conselheiro

JORGE GERDAU JOHANNPETER
Conselheiro

JANINE CARDOSO SENNA
Conselheira

MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER
Conselheira

DIRETORIA EXECUTIVA

JOSÉ LIMA DE ANDRADE NETO
Presidente

VILSON REICHEMBACK DA SILVA
Diretor de Operações e Logística

ANDURTE DE BARROS DUARTE FILHO
Diretor de Mercado Consumidor

LUIS ALVES DE LIMA FILHO
Diretor da Rede de Postos de Serviço

NESTOR CUÑAT CERVERÓ
Diretor Financeiro

ÁREA DE CONTABILIDADE E CONTROLE

LUÍS CLÁUDIO SACRAMENTO BISPO
Contador – CRC – RJ – 077.292/0-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas
Petrobras Distribuidora S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Petrobras Distribuidora S.A. (a “Companhia” ou “Controladora”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Petrobras Distribuidora S.A. e suas controladas (“Consolidado”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Distribuidora S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Distribuidora S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre a reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012

Examinamos, também, os ajustes retroativos realizados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e para o exercício findo nesta data e em 1º de janeiro de 2012 como mencionado na Nota 2.3 – Novas normas e interpretações. Em nossa opinião, os referidos ajustes são apropriados e foram adequadamente apresentados em todos os aspectos relevantes, em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Não fomos contratados para aplicar nenhum outro procedimento de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Controladora ou Consolidado em 1º de janeiro de 2012 além dos procedimentos mencionados sobre a adequação e apresentação dos ajustes contidos na Nota 2.3 e, dessa forma, não expressaremos uma opinião ou nenhuma outra forma de conforto sobre os saldos das demonstrações financeiras da Controladora e do Consolidado em 1º de janeiro de 2012.

Ênfase – Base de preparação

Conforme descrito na Nota 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Petrobras Distribuidora S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligada e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Ênfase – Contas a receber de empresas Termoeletricas

Chamamos a atenção para a Nota 16.2 às demonstrações financeiras que descreve o fato da Petrobras Distribuidora S.A. apresentar R\$ 3.672 milhões relacionados a contas a receber com empresas Termoeletricas cuja realização depende do sucesso em negociações atualmente em andamento. Em 31 de dezembro de 2013 considerando a avaliação da administração sobre as chances de recuperação dos créditos, nenhuma provisão para perdas foi constituída. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Informação suplementar – demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2014



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “F” RJ

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4 “S” RJ

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório de Administração; as Demonstrações Contábeis, compreendendo: o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, os Resultados Abrangentes, as Mutações do Patrimônio Líquido, os Fluxos de Caixa, os Valores Adicionados, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores Independentes; a Proposição à Assembleia Geral Ordinária relativa à Destinação do Resultado do Exercício de 2013 e a Proposição à Assembleia Geral Ordinária referente ao Orçamento de Capital para o Exercício de 2014.

Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores

Independentes de 25 de fevereiro de 2014, apresentado sem ressalva, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal opina no sentido de que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária da companhia.

O Conselho Fiscal ressalta a sua preocupação com o montante da dívida do setor elétrico para com a Companhia, cuja posição em 31/12/2013 alcançava R\$ 3.672 milhões, dos quais R\$ 3.100 milhões vencidos, o que representa um aumento de 49,4% em relação aos títulos vencidos em 31/12/2012 (R\$ 2.075 milhões). Este assunto foi objeto de ênfase no parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, conforme Nota Explicativa 16.2.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2014

JOÃO JOSÉ DE NORA SOUTO
Presidente

PAULO JOSÉ DOS REIS SOUZA
Conselheiro

MARCOS ANTONIO ZACARIAS
Conselheiro

JEFERSON GUSTAVO SALERNO
Conselheiro

MARCIA CASTANHEIRA SCHNEIDER
Conselheira

O Relatório Anual de Atividades e as Demonstrações Contábeis da Sociedade Controladora, Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, estão sendo publicados nesta data.